

Uma Província “Rebelde”. O Significado
do Voto Zambeziano a Favor da Renamo

Sérgio Chichava

Conference Paper nº 08

Uma província “rebelde”. O significado do voto zambeziano a favor da Renamo¹

Sérgio Chichava²

A Zambézia foi uma das províncias mais afectadas pela guerra civil que opôs durante cerca de dezasseis anos (1977-1992) o regime da Frelimo e a Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), fazendo milhares de mortos e destruindo a economia de Moçambique. Só para ter-se uma ideia do impacto nesta região, pode se dizer que no auge desta guerra em 1986, cerca de 1,5 milhão de pessoas, ou seja, mais da metade da população local estimada em cerca de 2 418 851 habitantes (segundo o recenseamento de 1980) encontrava-se directamente afectada e sofria de todo o tipo de insuficiências (fome, doenças, nudez, etc.)³. As comunicações entre a capital da Zambézia, Quelimane e os distritos estavam completamente paralisadas. Os únicos meios de transporte eram o avião ou barco, quer por causa da insegurança quer porque as estradas tinham sido completamente destruídas⁴. Segundo J. Hanlon, no fim da guerra a Renamo ocupava mais de metade da Zambézia⁵. A Renamo foi acusada pela Frelimo e seus próximos de ser a principal responsável desta situação.

Com a introdução do multipartidarismo em 1990 e assinatura dos acordos de paz, em Roma em 1992, entre os antigos beligerantes, realizaram se três escrutínios eleitorais em 1994, 1999 e 2004. Nestes três escrutínios, a Zambézia votou a favor do antigo movimento rebelde. Como explicar isto?

O objectivo deste artigo é pois de tentar explicar dum ponto de vista sócio-histórico as razões pelas quais a Zambézia vota a favor daqueles que, segundo o regime de Maputo, eram simples “bandidos”, “agentes do apartheid”, sem nenhum objectivo, senão o de destruir o país, semeando dor e luto.

¹ Versão preliminar. Não citar sem autorização do autor.

² Doutorado em Ciências Políticas pelo Instituto de Estudos Políticos de Bordéus (França), Investigador do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), Maputo, Setembro 2007.

³ «Agression sud-Africaine contre la Zambezia et Tete», in *Bulletin d'Information de l'AIM*, n° 125, AIM, Dezembro de 1986.

⁴ *Ibidem*.

⁵ J. HANLON, *Peace without profit. How IMF blocks rebuilding in Mozambique*, Oxford, Heinemann, 1996, p. 20

Este artigo encontra-se dividido em duas partes. Na primeira analisa-se os diferentes pleitos eleitorais realizados até hoje com especial ênfase para a Zambézia. Trata-se de analisar os discursos proferidos por cada candidato na Zambézia, de mostrar como a Renamo aproveita-se dos erros políticos da Frelimo para tirar dividendos políticos. Na segunda explico as razões que levam os Zambezianos a votarem a favor da Renamo.

A ideia defendida aqui é que o voto zambeziano a favor da Renamo é consequência directa da hostilização e marginalização desta região por parte da Frelimo, mas enraizada num longo prazo histórico que produz um voto quase “autonomista” contra o que é “Moçambique”. Com efeito, este voto exprime também um difícil e longo processo de mau relacionamento com o Estado. A Zambézia sempre sentiu-se marginalizada, quer pelo Estado colonial quer pelo Estado post-colonial. Para os zambezianos, o Estado colonial sempre privilegiou certas regiões do país tais como Beira, Nampula e sobretudo Lourenço Marques em detrimento da Zambézia. A riqueza zambeziana era utilizada para desenvolver essas regiões. Este sentimento de marginalização data mais ou menos do final do século XIX, depois da Conferência de Berlim quando os últimos prazos⁶ foram vencidos e substituídos pelo capitalismo das companhias e quando a capital de Moçambique foi transferida da Ilha de Moçambique no norte para Lourenço Marques, no extremo sul. Este capitalismo colonial está na origem dos desequilíbrios regionais do país cujos sinais fortes foram a emergência de duas novas cidades no centro e no extremo sul do país nomeadamente Beira e Lourenço Marques e consequentemente de “novas elites modernas”. Por outro lado, este capitalismo foi nefasto para a Zambézia, pois as elites locais (antigos prazeiros, seus filhos ou seus

⁶ O prazo era uma concessão de terras da Coroa portuguesa aos Portugueses no Vale do Zambeze, por três gerações, com a obrigação de herança pela linha feminina. O proprietário do prazo era o prazeiro. Este sistema vigorou até ao final do século XIX, quando os prazos foram substituídos pelo capitalismo das companhias. Em consequência do contacto entre povos africanos, europeus e da Índia Portuguesa, o sistema de prazos na Zambézia produziu uma sociedade profundamente mestiça e única em Moçambique. Outro aspecto fundamental do regime de prazos, é que os prazeiros foram sempre acusados de abusarem e de explorarem despoticamente as populações locais. Sobre os prazos na Zambézia ver por exemplo, M. NEWITT *Portuguese Settlement on the Zambesi*, Londres, Longman, 1973; A. ISAACMAN, *Mozambique. The Africanization of a European institution. The Zambezi Prazos 1750-1902*, Londres, Madison: University of Wisconsin Press, 1972; «Os Prazeiros como Trans-raianos: um estudo sobre a transformação social e cultural», *Arquivo* (Maputo, CEA/UEM), 10, 1991, pp. 37-82; J. CAPELA, *Donas, senhoras e escravos*, Porto, Afrontamento, 1995; G. PAPAGNO, *Colonialismo e feudalismo : a questão dos prazos da coroa nos finais do século XIX*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980; L. VAIL, L. WHITE, *Capitalism and Colonialism in Mozambique. A study of Quelimane district*, Londres, Heinemann, 1980.

descendentes) não conseguiram adaptar-se ao novo sistema e foram transformadas numa espécie de *Lumpen-elites*. Igualmente, nenhuma das companhias estabelecidas nesta região investiu seriamente para o seu desenvolvimento, apesar de que os contratos celebrados com o Estado assim o previam. Não houve desenvolvimento de uma indústria digna desse nome nem um sério investimento na construção de infra-estruturas socioeconómicas tais como estradas, linhas férreas e pontes. Por exemplo, a Sena Sugar Estates, a mais importante companhia estabelecida na Zambézia (antigo distrito de Quelimane) que tinha uma fábrica de açúcar no Luabo e plantações em Mopeia, não conseguiu construir uma estrada que ligasse estas duas regiões. Apesar de ter sido transformada na província mais importante do ponto de vista agrícola, a Zambézia não tinha infra-estruturas socioeconómicas dignas de menção. Em 1973, quando da aprovação do último plano do desenvolvimento de fomento do tempo colonial, a Zambézia com 165,6 km era a região com menos quilómetros de estradas asfaltadas. Nenhuma estrada ligando o sul e o norte da província foi construída. Durante a época das chuvas, vastas zonas desta província ficam completamente isoladas e a circulação rodoviária interrompida. Segundo L. Vail e L. White, a Zambézia é um exemplo paradigmático de como o capitalismo colonial subdesenvolveu a África⁷.

Mas o descontentamento da Zambézia em relação ao Estado colonial manifestava-se em forma de um anticolonialismo assimilacionista e não separatista (mais ou menos entre 1910 até 1974), no sentido de que para a elite zambeziana, “Moçambique era Portugal” e não uma colónia⁸.

Conseguiu a luta de libertação e conseguiu depois o poder da Frelimo, modificar este mau relacionamento historicamente enraizado da Zambézia com o centro do poder (Lourenço Marques e hoje Maputo) ou com o Estado? Pelo contrário, a Frelimo reproduziu-o e mesmo agudizou-o

1994: As primeiras eleições pluralistas de Moçambique

Para as primeiras eleições pluralistas de Moçambique a campanha eleitoral começou oficialmente no dia 13 de Setembro, mas o candidato da Frelimo, Joaquim Chissano, havia já começado a sua campanha eleitoral alguns meses antes sob a capa de “visitas de Estado”. O PR tinha assim visitado vários pontos do país. No que diz especificamente respeito à Zambézia, uma região *a priori* hostil, o

⁷L. VAIL, L. WHITE, *Capitalism and Colonialism...*, *op.cit.*

⁸ Sobre estas questões ver S. CHICHAHA, *Le “vieux” Mozambique. Étude sur l'identité politique de la Zambézie*, Université Montesquieu-Bordeaux IV, Institut d'Études Politiques de Bordeaux, juin 2007 (Tese de doutoramento)

candidato da Frelimo visita esta província de 21 a 26 de Agosto de 1994, cerca de três semanas antes do começo da campanha eleitoral. Em Quelimane, alguns disticos empunhados por pessoas diziam: “Chissano: Império de Gaza” em alusão à “sulização” do poder que tinha caracterizado o regime monopartidário. Estas manifestações (provavelmente organizadas pela Renamo) saldaram-se em alguns confrontos entre a polícia e os manifestantes. Nesta sua deslocação, quando a população lhe perguntava as razões pelas quais o custo de vida era elevado, Joaquim Chissano naquilo que já constituía o tema central da sua campanha (pelo menos no que diz respeito à Zambézia), respondeu:

“ [Os membros] da Renamo não vos explicam porque é que o preço da capulana é muito alto hoje. Eles não vos explicam, porque é que o preço do açúcar é muito elevado. Eles não vos explicam porque nas estradas não há autocarros. Quando eles vos explicam, dizem que é porque o governo não quer, mas eu vou vos explicar as razões pelas quais a capulana custa caro, o açúcar custa caro. É porque eles destruíram todas as fábricas que produziam açúcar no nosso país [...] Luabo é aqui na Zambézia [...] eles foram queimar a fabrica do Luabo, eles atacaram a fabrica mais de uma vez e acabaram por queima-la [...] Queimaram as máquinas, queimaram o açúcar [...] Eles dizem que se um dia chegam ao poder vão vender açúcar barato. Como vão fazer isso se eles queimaram tudo?⁹”

A campanha da Frelimo tinha começado em Nampula, a maior circunscrição eleitoral do país com 50 assentos sobre 250 em 1994 e foi inteiramente dominado pelo tema da guerra civil. A Renamo era sempre apresentada como um simples grupo de bandidos, de marginais, de assassinos que haviam arruinado o país. Mais do que outras regiões do país, a Zambézia era o lugar adequado para este género de discursos, tendo em conta que foi uma das regiões mais afectadas pela guerra civil. Assim no dia 1 de Outubro em Lugela, Joaquim Chissano, em nome duma alegada reconciliação, apela ao povo para perdoar as sevícias cometidas pela Renamo durante a guerra, mas sem nunca esquecer-las: “*Esquecer é uma coisa e perdoar é outra. Se alguém corta-te uma orelha, podes esquecer que já não tens orelha?*”¹⁰

Alguns dias mais tarde, em Quelimane, Joaquim Chissano retoma de novo o seu discurso sobre o carácter belicista da Renamo. Segundo o candidato da Frelimo, o país estava a conhecer muitos problemas porque a Renamo tinha destruído tudo:

⁹ «Visita presidencial do presidente Chissano à Zambézia», TVM Especial, Emissão televisiva, 3 de Setembro de 1994.

¹⁰ «Chissano on the hustings», *Mozambiquefile* (Maputo), n° 220, AIM, Novembro, 1994.

“Tínhamos um dos melhores serviços de saúde e de educação, mas foi destruída pela Renamo. A Renamo atacava as populações e obrigava-lhes a abandonar a sua terra e hoje, ela diz que os salários não chegam para comprar um saco de arroz. Trouxeram a pobreza e hoje dizem que os salários são muito baixos. Como pensam eles que o arroz será menos caro, se eles queimaram todas as fábricas?”¹¹

Igualmente com o objectivo de denegrir a imagem da Renamo, a Frelimo tenta um “golpe de teatro”, anunciando que havia sido descoberto uma bomba na residência do seu candidato Joaquim Chissano. Mas o líder da Renamo Afonso Dhlakama, condena logo e categoricamente este incidente: a morte de Chissano seria segundo o líder da Renamo um perigo para a democracia em Moçambique porque era o único elemento da Frelimo que colaborava pessoalmente com ele¹². Em muitas regiões da Zambézia a Frelimo reencontra algumas dificuldades para galvanizar o eleitorado, tendo sido obrigada a recorrer a tolerâncias de ponto.

Por seu turno Afonso Dhlakama abriu a sua campanha na província da Zambézia. Questionado pela imprensa, Afonso Dhlakama afirma ter aberto a campanha eleitoral do seu partido nesta província e não em Sofala sua terra natal, “*para agradecer o apoio que a Renamo teve dos Zambezianos durante a guerra civil e também porque a Frelimo sempre odiou esta província*”¹³. Respondendo aos ataques de Joaquim Chissano, o candidato da Renamo afirma que se a Zambézia se debatia com muitas dificuldades na educação e na saúde não era por causa da guerra da Renamo, mas por causa da corrupção dos dirigentes da Frelimo¹⁴.

À semelhança do que a Renamo tinha feito durante a guerra, quer dizer, valorizar a religião e os chefes tradicionais, antes desprezados pela Frelimo, Afonso Dhlakama promete respeitar estas instituições. Dhlakama insiste também sobre a questão das “aldeias comunais”, das machambas colectivas, das cooperativas, afirmando que foi a guerra da Renamo que acabou com todas estas “coisas más”, trazendo a democracia para o país. O candidato da Renamo prometia ainda resolver os problemas da comercialização e eliminar os desequilíbrios regionais.

¹¹ *Ibidem*.

¹² «Retrospectiva da campanha eleitoral de Afonso Dhlakama», TVM, Emissão televisiva de 18 de Novembro de 1994.

¹³ «Dhlakama na Zambézia: Renamo é o único capaz de resolver os problemas do país», *Domingo* (Maputo) n° 642, 25 de Setembro de 1994.

¹⁴ *Ibidem*.

Aproveitando-se das queixas dos Zambezianos segundo as quais “a riqueza zambeziana só serve para desenvolver o sul e não a Zambézia”, Dhlakama afirma:

“A produção não serve a vocês os Zambezianos. A Frelimo nunca vos deu importância vocês os Zambezianos. É para mudar esta situação que estou aqui, para pedir o vosso voto!”¹⁵

Graças ao capitalismo colonial do final do século XIX, que na Zambézia caracterizou-se por estabelecimento de companhias capitalistas, esta região tinha-se tornado na mais importante do ponto de vista agrícola. Mas esta riqueza nunca ou pouco beneficiou à Zambézia e os Zambezianos sempre queixaram-se desta situação. Para eles, a Zambézia devia ser tratada conforme o seu “justo valor”, coisa que nunca tinha acontecido. Para a Frelimo esta reivindicação dos Zambezianos punha em risco a “unidade nacional”. Samora Machel já na sua “viagem triunfal” um pouco antes da independência dizia em Milange:

“As riquezas da Zambézia são as riquezas do Maputo, as riquezas da Beira são as riquezas do Niassa. Não há províncias mais desenvolvidas ou menos desenvolvidas. Só existe um subdesenvolvimento, que é de todo o Moçambique”¹⁶.

Mesmo com a independência, a situação não conheceu significativas alterações e os Zambezianos continuaram a queixar-se. Mas num contexto autoritário como o era o período do partido único, reivindicar isso era naturalmente visto como “regionalismo” ou uma tentativa de dividir o país. Em 1983, Samora Machel dizia que um dos grandes problemas que a Frelimo tinha na Zambézia era a sua riqueza.¹⁷

Não é pois surpreendente que a Renamo aproveite-se disso para ganhar a simpatia dos Zambezianos.

Igualmente, Afonso Dhlakama aproveitando-se também das reclamações dos Zambezianos segundo as quais “foram sempre governados por pessoas do Sul” ou seja que a Zambézia não passava de “uma colónia do Sul”, Dhlakama promete-lhes que se a Renamo ganhar as eleições passarão a ser

¹⁵ «Afonso Dhlakama em Quelimane. De lenço verde ao pescoço», *Savana* (Maputo), n.º 36, 23 de Setembro de 1994.

¹⁶ «A nossa luta não é contra raça nenhuma mas sim contra o colonialismo. -Samora Machel em Milange.», *Notícias* (Maputo), n.º 16 503, 5 de Junho de 1975.

¹⁷ Samora MACHEL, *A nossa força está na unidade...*, op. cit, p. 16-21.

governados por outros Zambezianos e não por estrangeiros (a partir do governador da província, dos administradores dos distritos e dos PCA's¹⁸ das empresas públicas).

Afonso Dhlakama tenta também tirar partido do ressentimento do maior grupo étnico da Zambézia e de Moçambique, os Macuas-Lomués, afirmando que a Frelimo sempre lhes desprezou e que por isso deviam votar o seu partido porque a Renamo tratava todos os Moçambicanos de forma igual. De facto, as relações entre a Frelimo e este grupo étnico nunca foram pacíficas. Por exemplo, o grosso dos militantes Zambezianos da Frelimo durante a luta anticolonial eram membros desta etnia, mais grande parte deles, desertou acusando a direcção deste movimento de “tribalismo”. Em 1977, o então vice-ministro da Defesa em viagem por algumas regiões da Zambézia, pedia às autoridades administrativas de Errego, no Ile, para manter secreta a sua passagem por esta região, porque segundo ele, os Lomués não gostavam da Frelimo e nunca tinham simpatizado com ela¹⁹. Também é preciso salientar que a maior parte dos militantes do Partido Revolucionário de Moçambique (PRM), o primeiro movimento anti-Frelimo, eram Zambezianos desta etnia²⁰.

O candidato da Renamo prometia ainda a descentralização, de modo a que muitas decisões não sejam tomadas no Sul e a favor do Sul, como sempre se queixaram os Zambezianos. Esta ideia de descentralização repousava também no facto de a maior parte dos partidos políticos formados por Zambezianos pedirem o federalismo.

O voto

Participaram nestas eleições de 1994, doze candidatos à presidência da República, doze partidos políticos e duas coligações às eleições legislativas. Entre estes partidos e coligações, o Partido Trabalhista (PT), o Partido de Renovação Democrática (PRD) e União Democrática (UD) participaram apenas nas eleições legislativas. Igualmente é preciso sublinhar que à excepção do Partido Independente de Moçambique (PIMO), do PRD, do Partido Democrático de Moçambique

¹⁸ Presidentes dos Conselhos de Administração.

¹⁹ L. VAIL, L. WHITE, *Capitalism and Colonialism ...*, op.cit., p. 392.

²⁰ Entrevista com Gimo Phiri, Tete, 27-28 de Outubro de 2004. O PRM descende da antiga União Nacional Africana da Rombézia (Rombézia) criada em 1968 por Amos Sumane, antigo membro da Frelimo e do Comité Revolucionário de Moçambique (Coremo) e que pretendia a independência da Rombézia, isto, é, a região que vai do Rovuma ao Zambeze (Cabo Delgado, Niassa, Tete, Nampula e Zambézia).

(Pademo), do PT e a da União Nacional Africana de Moçambique (Unamo), todos os outros partidos concorreram em todas as circunscrições eleitorais.

Documento nº1. Eleições de 1994 em Moçambique - Candidatos e partidos políticos

Candidato	Partido político/Coligação
Joaquim Chissano	Frelimo
Afonso Dhlakama	Renamo
Máximo Dias	Monamo/FAP
Casimiro Nhamitambo	Sol
Carlos Alexandre dos Reis	Unamo
Padimbe Kamati	PPPM
Domingos Arouca	Fumo/PCD
Vasco Campira Momboya	Pacode
Wehia Ripua	Pademo
Yacoob Sibindy	PIMO
Mário Machel	Independente
Carlos Jeque	Independente

Fonte: B. MAZULA (org), *Eleições, democracia e desenvolvimento*, Maputo, Embaixada do Reino dos Países Baixos, 1995.

Estas eleições foram ganhas pela Frelimo e pelo seu candidato Joaquim Chissano com 44,33% e 53,3% dos votos respectivamente. A Renamo, principal partido da oposição, obteve 37,78% e o seu candidato Afonso Dhlakama, 33,73%. A União Democrática (UD), uma coligação de três partidos (Palmo, Panade, Panamo) conseguiu ultrapassar a barreira dos 5%²¹, obtendo assim o direito de estar presente no parlamento. Em termos de representação parlamentar, a Renamo obtinha 112 deputados, a Frelimo 129 e a coligação UD, apenas 9. O povo afluiu às urnas sem hesitação, tendo a taxa de participação sido de 88%.

No que diz respeito à repartição regional dos votos, a Renamo obteve maiorias absolutas em cinco das onze províncias do país: Sofala, Manica, Tete, Nampula e Zambézia. Por seu lado, a Frelimo obteve mais de 80% dos votos em quatro circunscrições eleitorais do Sul: Maputo-Província, Maputo-Cidade, Gaza e Inhambane. A Frelimo ganhou também em Cabo Delgado (58,25%) e em Niassa (47,45%).

²¹ Sobre o estranho sucesso da UD, veja L. de BRITO, «O comportamento eleitoral nas primeiras eleições multipartidárias em Moçambique», in B. MAZULA, *Moçambique, eleições, democracia e desenvolvimento*, Maputo, Embaixada do Reino dos países Baixos, 1995 pp. 473-499; e M. CAHEN, *Les Bandits. Un historien au Mozambique, 1994*, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2002. A lei eleitoral moçambicana defendia que para um partido tiver representação parlamentar devia obter a nível nacional 5% dos votos.

Na Zambézia o fenómeno surpreendente foi a vitória da Renamo e do seu candidato, Afonso Dhlakama. Nas eleições presidenciais, Afonso Dhlakama obteve 47,6% dos votos, seguido de Joaquim Chissano da Frelimo com 38,59%, e Carlos Reis da Unamo, com apenas 3,11% era o terceiro mais votado. O caso de Carlos Reis é interessante porque ele é natural de Milange, na Zambézia e foi nesta circunscrição eleitoral onde obteve mais votos, ou seja, 3 549. No entanto, a nível do país, a principal razão que fez de Carlos Reis o terceiro candidato mais votado pode estar relacionada ao facto de à semelhança de Afonso Dhlakama usar óculos... com efeito, não se deve menosprezar o voto por engano.

Nas eleições legislativas, a Frelimo obteve dezoito mandatos dos quarenta e nove em disputa, correspondentes a 31,49% dos votos. A Renamo por seu lado obteve 29, equivalentes à 52,54% dos votos. Enfim, a coligação UD, recolheu 4,5% dos votos correspondentes a dois mandatos.

Documento nº2. Resultados das eleições presidenciais de 1994 na Zambézia

Eleitores recenseados	1 710 564
Votantes	997 953
Sufrágios expressos	906 494
Votos Brancos	54 097
Votos Nulos	37 362
Abstenção	172 611

Candidatos	Votos	%
Afonso Dhlakama	431 538	47,6
Joaquim Chissano	349 844	38,59
Carlos Reis	28 227	3,11
Wehia Ripua	27 662	3,05
Máximo Dias	22 340	2,46
Vasco Campira	13 011	1,44
Yacoob Sibindy	8 758	0,97
Domingos Arouca	6 738	0,74
Carlos Jeque	6 032	0,67
Casimiro Nhamitambo	4 449	0,49
Padimbe Kamati	4 318	0,48
Mário Machel	3 577	0,39

Fonte: B. Mazula (org.), Moçambique - Dados Estatísticos do Processo Eleitoral 1994 Maputo, STAE, 1997.

Documento nº3. Resultados das eleições legislativas de 1994 na Zambézia

Eleitores recenseados	1 710 564	Partidos/Coligações	Votos	%
Votantes	996 643	Renamo	463 844	52,54
Sufrágios expressos	884 338	Frelimo	278 559	31,49
Votos Brancos	68 432	UD	39 489	4,5
Votos Nulos	43 873	AP	13 420	1,52
Abstenção	172 611	PCN	10 782	1,22
		Sol	13 946	1,6
		Pimo	10 308	1,17
		Fumo/PCD	10 154	1,15
		PRD	9 553	1,08
		Pacode	9 037	1,02
		PPM	8 236	0,93
		Unamo	6 548	0,74
		Pademo	6 020	0,68
		PT	4 442	0,5

Fonte: B. Mazula (org.), Moçambique - Dados Estatísticos do Processo Eleitoral 1994..., op. cit.

Documento nº4. Frelimo, Renamo-Resultados das eleições legislativas de 1994 por distrito Zambézia

District	Frelimo		Renamo	
	Voix	(%)	Voix	(%)
Alto Molocué	13 720	25	38 166	66
Chinde	18 851	38	21 720	44
Quelimane	22 721	35	32 429	51
Gilé	14 682	35	20 993	50
Gurué	36 269	54	19 453	29
Ile	27 477	36	30 974	41
Inhassunge	12 893	44	9 924	34
Lugela	12 155	33	20 101	56
Maganja da Costa	21 563	28	35 062	47
Milange	7 548	9	56 792	73
Mopeia	5 218	30	9 025	52
Mocuba	27 369	41	31 259	47
Morrumbala	6 986	11	45 800	76
Namacurra	12 153	24	28 564	57
Namarroi	6 116	30	10 870	53
Nicoadala	21 823	35	28 546	46
Pebane	11 015	26	24 166	58

Fonte: B. MAZULA (org.), Moçambique - Dados Estatísticos do Processo Eleitoral 1994..., op. cit.

Entretanto, a Renamo contestou os resultados das eleições alegando a existência de inúmeras irregularidades. Entre essas irregularidades, o movimento de Afonso Dhlakama dava como exemplo o caso de 3 500 eleitores de Mucurrumba, distrito de Mopeia, zona de forte influência da Renamo que tinham votado somente no segundo dia de eleições, porque os helicópteros que levavam o material eleitoral haviam localizado tardiamente as assembleias de voto²².

É interessante também recordar um episódio que agitou o país um pouco depois destas eleições. Afonso Dhlakama anuncia que vai mudar a sede da Renamo para Quelimane passando também a viver nesta cidade. Para Dhlakama, Quelimane era a segunda capital da Renamo e sempre o foi²³:

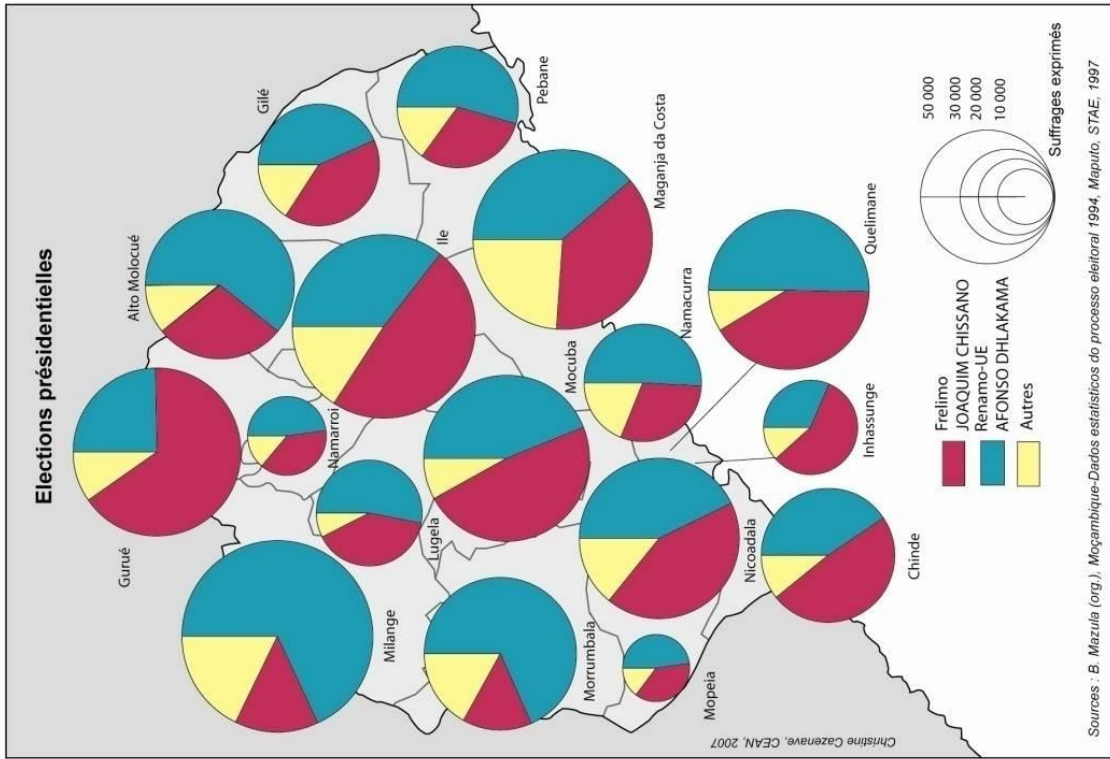
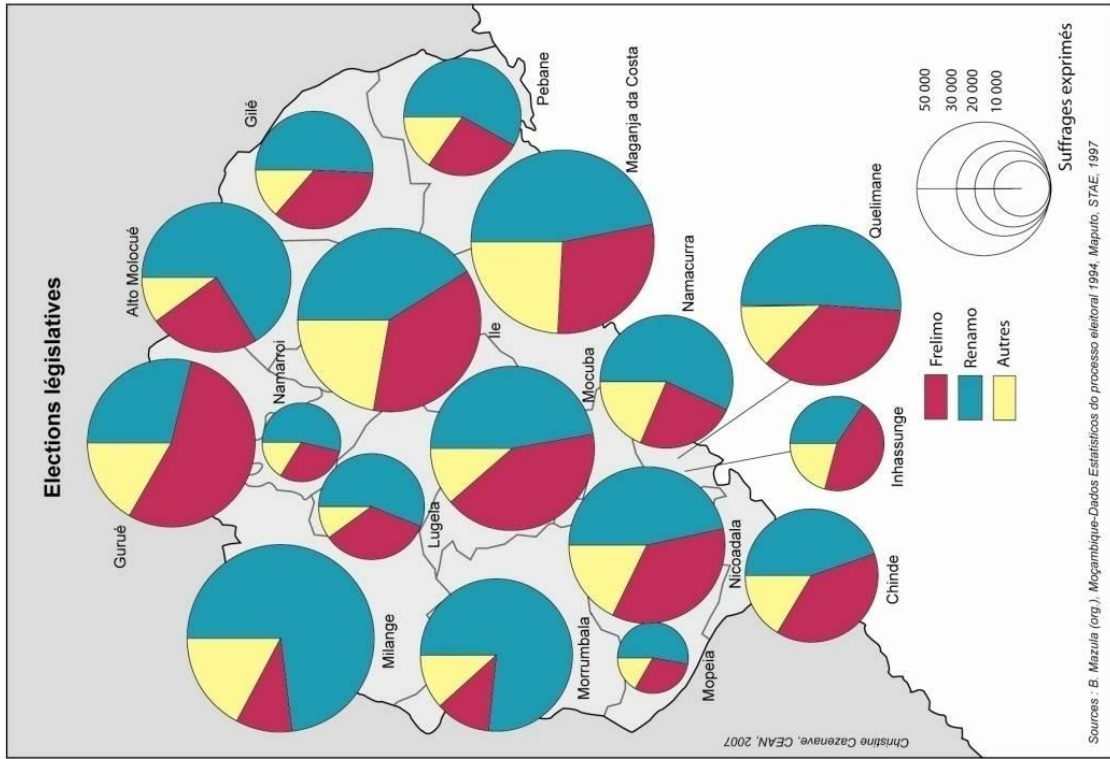
“Em relação à minha ida a Quelimane, ela é fundamental [...]. A razão não é política [...] para mim ir a Quelimane é uma razão logística [...], é claro muitos dizem que Dhlakama quer ir para lá para consolidar a vitória, pelos vistos ganhou com a maioria nas 5 províncias que comandam o país. É como Nampula e Zambézia não há dúvida quem controlar estas duas províncias manda nisto, o resto é conversa. É porque só nas 5 províncias, onde a Renamo ganhou vivem mais de 9 milhões de habitantes. Mesmo em termos económicos é lá onde existem recursos minerais, madeira, copra, caju, pesca, agricultura e as pessoas pensam que Dhlakama estando lá é o presidente de tudo isso, e o meu irmão Chissano fica como presidente de 3 províncias aqui. Não é isso. O meu problema é logístico porque estando em Quelimane vão se reduzir, à metade, as minhas despesas. Por exemplo, daqui preciso de falar com o delegado de Cabo Delgado amanhã e são elevados os custos só no transporte. Mas, se estiver em Quelimane vou pagar metade e o mesmo acontece em relação ao de Inhambane e outras províncias do Sul. Portanto, o ponto-chave é logístico”.

Podemos duvidar do factor logístico evocado por Dhlakama, e pensar que tratava-se de uma maneira de contornar a lei. Tratava-se, uma vez mais, da instrumentalização de uma das reivindicações zambebianas, pois os Zambebianos sempre desejaram que Quelimane, por causa da sua localização estratégica e importância económica, fosse capital de Moçambique. Mas esta tentativa de Afonso Dhlakama não foi avante porque a lei impede que os partidos políticos tenham a sua sede fora de Maputo, mas isso não impedia, se ele quisesse, que o líder da Renamo tivesse uma residência em Quelimane.

²² «Alegadas pela Renamo. Dossier de irregularidades dá entrada na CNE», *Savana* (Maputo), n° 43, 11 de Novembro de 1994.

²³ «Dhlakama vai viver em Quelimane», *Notícias* (Maputo), n° 23 073, 18 de Janeiro de 1995 ; « A leitura da situação é de Afonso Dhlakama. Chissano não acertou nas suas promessas », *Savana* (Maputo), n° 55, 3 de Fevereiro de 1995.

Elecciones legislativas y presidenciales del Mozambique en 1994 : resultados para la Zambézia



As eleições de 1999: A Frelimo em má postura

Aquando das eleições de 1999, a Frelimo, cujo *slogan* era “Juntos por um Futuro Melhor”, abriu a sua campanha eleitoral na província “rebelde” da Zambézia. Por seu lado, a Renamo que estava coligada com mais dez pequenos partidos (Renamo-União Eleitoral)²⁴ abria a sua na hostil província de Gaza, principal “bastião” da Frelimo²⁵.

Num gesto de antecipação, e um dia antes do início oficial da campanha eleitoral, o candidato da Frelimo inaugurou em Quelimane na qualidade de “chefe do Estado”, a delegação local da Televisão de Moçambique (TVM). Durante a sessão de inauguração, houve um corte de energia que durou cerca de dez minutos, acto visto como sabotagem da Renamo²⁶. Joaquim Chissano foi obrigado a proceder à inauguração com ajuda das luzes de viaturas.

Os temas de campanha permaneceram invariáveis. Joaquim Chissano continuou a responsabilizar a Renamo pelo atraso económico do país, enquanto Afonso Dhlakama continuava com as suas habituais críticas em relação ao passado “marxista-leninista” da Frelimo. A única novidade foi o lugar central que passou a ocupar a questão das autoridades tradicionais.

A Frelimo às portas da derrota

A votação teve lugar nos dias 3 e 4 de Dezembro de 1999. Diferentemente das eleições anteriores, nestas havia somente dois candidatos à presidência da Republica: Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama. Armando Siueia do Panaoc, Joaquim Nyota do Partido Democrático de Libertação de Moçambique (Padelimo), Yacoob Sibindy do Pimo e Wehia Ripua da coligação União Moçambicana da Oposição (Umo), que haviam apresentado as suas candidaturas para a presidência da Republica foram excluídos pelo Tribunal Supremo sob pretexto que suas candidaturas apresentavam inúmeras irregularidades. Tirando a coligação Renamo-UE e a Frelimo, sete outros partidos políticos participaram nas eleições legislativas.

²⁴ Frente Unida de Moçambique (UDF), Movimento Nacional de Moçambique (Monamo), Partido de Coligação Nacional (PCN), Partido de Unidade Nacional (PUN), Frente de Aliança Patriótica (FAP), Partido do Progresso do Povo de Moçambique (PPPM), Frente Unida de Moçambique (Fumo), Aliança Nacional de Moçambique (Alimo), Partido de Renovação Democrática (PRD) e União Nacional de Moçambique (Umo)

²⁵ «Eleições : Chissano e Dhlakama iniciam campanha na casa do "inimigo"», *Boletim Lusa*, 19 de Outubro de 1999, in STAE, *Recortes de Imprensa*, Outubro de 1999.

²⁶ «PR Chissano inaugura às escuras delegação da TVM na Zambézia», *Boletim Lusa*, 19 de Outubro de 1999, in STAE, *Recortes de Imprensa*, Outubro 1999.

Documento nº6. Lista dos partidos políticos e coligações participantes nas eleições legislativas de 1999-

Partido político / Coligação
Frelimo
Renamo-União Eleitoral
União Moçambicana da Oposição (Umo)
Partido Trabalhista (PT)
Partido Democrático e Liberal de Moçambique (Padelimo)
Partido Nacional dos Operários e Camponeses (Panaoc)
Parti Para o Desenvolvimento Social de Moçambique (Pasomo)
Partido do Progresso e Liberal de Moçambique (PPLM)
Partido Liberal de Moçambique (Palmo)

Fonte : «Ripua, Nyota et Siueia excluídos da corrida presidencial», *Notícias*, 13 Outubro de 1999, in STAE, *Recortes de Imprensa*, Outubro de 1999 ; «Sibindy rasteirado no “Supremo”», *Médiafax*, 18 de Outubro de 1999, in STAE, *Recortes de Imprensa*, Outubro de 1999.

À semelhança das eleições de 1994, estas eleições foram ganhas pela Frelimo e seu candidato, Joaquim Chissano. Mas diferentemente das eleições anteriores, foi uma vitória muito apertada e talvez mesmo usurpada. A diferença entre Afonso Dhlakama e Joaquim Chissano foi mínima (4,58%). Com efeito, a Frelimo obteve oficialmente 48,55% dos votos e seu candidato 52,29%. Por seu turno a Renamo-UE, obteve 38,79 dos votos e seu candidato Afonso Dhlakama 47,71%. A taxa de participação foi de 69%. Por outro lado, nenhum outro partido conseguiu atingir a barreira dos 5%. A UD, coligação que tinha conseguido este feito em 1994 tinha desaparecido em consequência de divergências entre os seus principais líderes.

Em relação à distribuição regional do voto, nada mudou. A Frelimo continuou a ser forte no Sul (Maputo-Cidade, Maputo-Província, Gaza, Inhambane) e no extremo Norte do país (Cabo Delgado). Por seu turno, a Renamo continuou a ter como bastiões o centro do país (Sofala, Manica, Tete, Zambézia e Nampula). A Renamo ganhou também na província do Niassa, que havia mais votado na Frelimo em 1994.

Entretanto, uma vez mais a Renamo, contestou as eleições alegando a existência de fraudes tendo submetido uma reclamação ao Tribunal Supremo pedindo a anulação dos resultados e a recontagem dos votos. A reclamação da Renamo-UE não foi aceite e o Tribunal decidiu confirmar os resultados publicados pela CNE. Não estando de acordo com o veredicto do Tribunal Supremo a Renamo decidiu não reconhecer a legitimidade do governo saído destas eleições. Para se

encontrar uma saída à crise, houve conversações entre os dois beligerantes. A Renamo exigia como condição a nomeação de governadores seus nas províncias onde tinha ganho eleições e a integração dos seus membros nos conselhos de administração das empresas públicas. Mas no meio destas conversações, a Frelimo extremamente hábil e numa tentativa clara de desestabilizar o seu adversário acusa o mandatário da Renamo, Raul Domingos de ter pedido dinheiro para o seu proveito pessoal ao invés de limitar-se a reivindicações políticas. E naturalmente esta situação criou um mal-estar na Renamo que acabou com a expulsão de Raul Domingos²⁷.

Depois do fracasso das negociações e pressionada pela sua base, a Renamo prosseguiu com a sua contestação, tendo realizado manifestações não autorizadas. O regime reagiu violentamente. A polícia utilizou balas verdadeiras para reprimir os manifestantes. O saldo destas manifestações foi de quarenta mortos e algumas dezenas de presos em condições deploráveis, tendo 43 de entre elas encontrado a morte numa prisão de Montepuez, província de Cabo Delgado²⁸.

Uma estrondosa vitória da Renamo na Zambézia

Em relação à Zambézia, nas eleições presidenciais, o candidato da Frelimo, Joaquim Chissano obteve 29,55% dos votos, ou seja menos 10 pontos em relação à 1994, enquanto Afonso Dhlakama da Renamo obtinha 61,7%, ou seja mais 14 pontos em relação à 1994.

Documento nº7. Resultados das eleições presidenciais de 1999 na Zambézia

Eleitores recenseados	1384 626
Votantes	908 037
Sufrágios expressos	794 778
Boletins Brancos	73 475
Boletins Nulos	39 784
Abstenção	304 466

Candidatos	Votos	%
Joaquim Chissano	234 891	29,55
Afonso Dhlakama	559 887	70,4

Fonte : STAE, *Eleições Gerais 1999*, Maputo, Pandora Box Lda, 2002 (CD-ROM).

²⁷ Sobre estas questões ver, M. CAHEN, « Mozambique : l'instabilité comme gouvernance ? », *Politique Africaine* (Paris, Karthala), 80, 2001, pp. 111-135.

²⁸ *Ibidem*.

Em relação às eleições legislativas, a coligação Renamo-UE, confirmando a sua supremacia nesta região, aumentava o seu em mais de 20 pontos e obtinha uma forte maioria, isto é, 70% dos votos, passando de 29 deputados obtidos em 1994 a 34. A Renamo-UE ganha também em todos os distritos com a excepção de Inhassunge. Frelimo por seu lado obteve 21,7% dos votos (menos 10 pontos em relação à 1994) correspondentes a 15 mandatos ou seja, menos quatro em relação à 1994.

Documento nº8. Resultados das eleições legislativas de 1999 na Zambézia

Eleitores recenseados	1 384 626	Partidos/Coligações	Votos	%
Votantes	880160	Renamo-UE	436 287	50,72
Sufrágios expressos	737 936	Frelimo	191 356	22,25
Votos Brancos	93 021	PT	26 747	3,11
Votos Nulos	49 203	SOL	22 162	2,58
Abstenção	304 466	Palmo	21 238	2,47
		Padelimo	18 871	2,19
		UD	11 517	1,34
		UMO	9 758	1,13

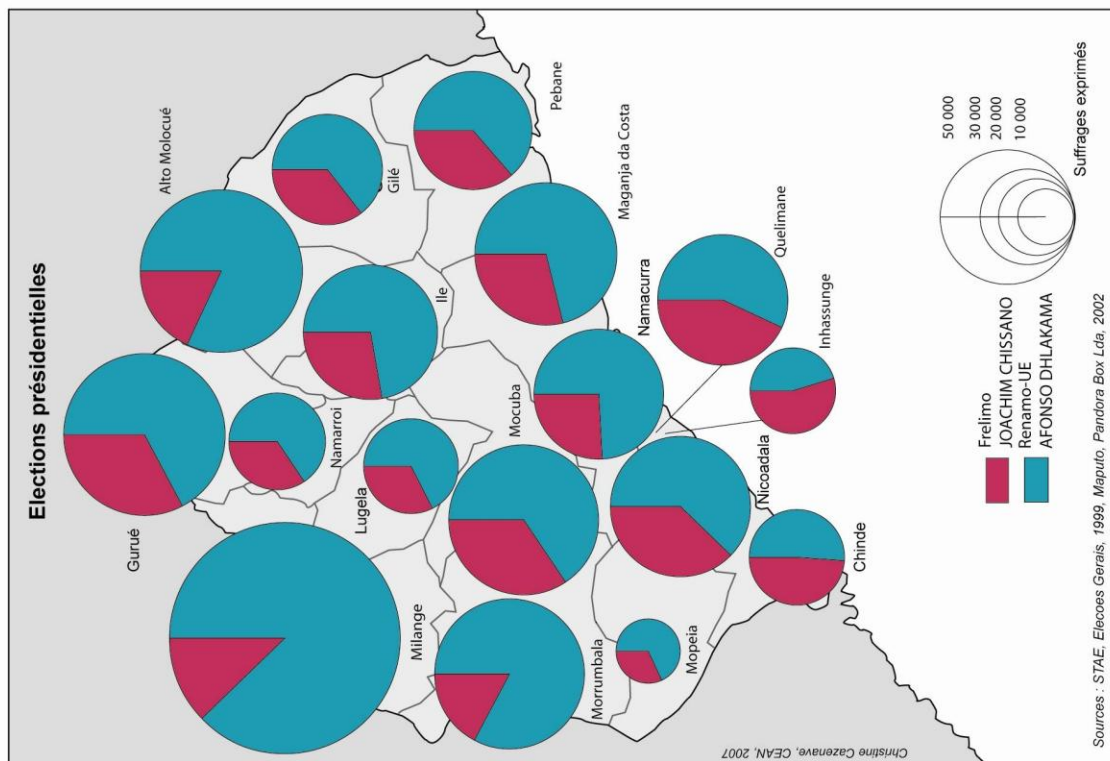
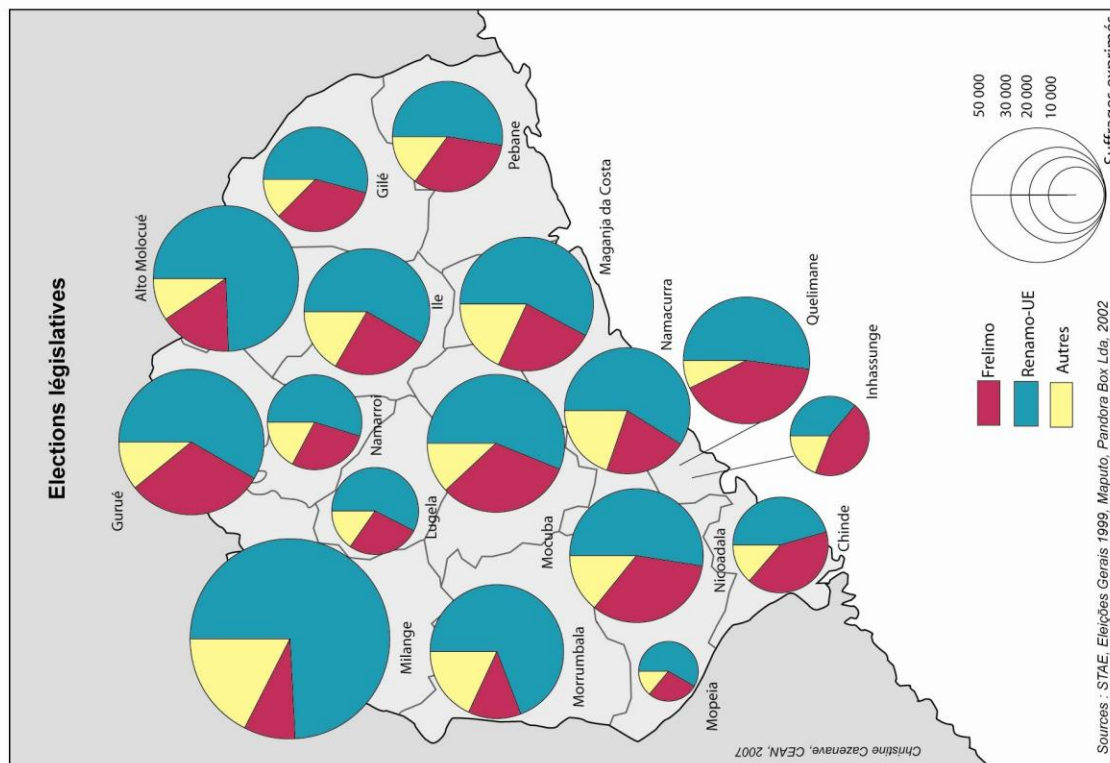
Fonte: «Acta do Apuramento Nacional das Eleições Legislativas de 1999», *Boletim da República*, I, Série nº 1, 3º Suplemento, 7 de Janeiro de 2000.

Documento nº9. Frelimo, Renamo-UE Resultados das eleições legislativas de 1999 por distrito na Zambézia

Distrito	Frelimo		Renamo	
	Votos	(%)	Votos	(%)
Alto Molocué	9 194	16	42 424	74
Chinde	11 902	41	13 234	45
Quelimane	18 103	40	23 3633	52
Gilé	11 8181	33	19 264	54
Gurué	17 763	31	33 437	58
Ile	10 995	24	25 705	58
Inhassunge	9 948	45	7 997	36
Lugela	7 118	27	15 092	57
Maganja da Costa	11 704	23	28 341	57
Milange	7 107	8	62 331	74
Mocuba	16 383	31	28 855	56
Mopeia	3 355	27	7 007	58
Morrumbala	6 187	12	33 570	69
Namacurra	9 222	21	25 567	59
Namarroi	7 969	28	15 503	54
Nicoadala	16 104	33	25 645	52
Pebane	12 194	32	19 851	52

Fonte: STAE, *Eleições Gerais 1999*, Maputo, Pandora Box Lda, 2002 (CD-ROM).

Elections législatives et présidentielles du Mozambique en 1999 : résultats pour la Zambézie



As eleições de 2004: o fim da Renamo?

Nestas eleições, que eram as terceiras no novo contexto multipartidário, a Frelimo apresentou um novo candidato, Armando Emilio Guebuza, membro histórico deste partido. A Frelimo também tinha mudado de *slogan* e de “*Juntos por um futuro melhor*” passou para “*Frelimo, a força da mudança*”. Por razões estratégicas, Armando Guebuza foi apresentado como candidato do Norte, mais precisamente de Nampula, a província mais populosa de Moçambique. Com efeito, apesar de seus pais terem nascido na Catembe, província de Maputo, Armando Guebuza nasceu em Murrupula, província de Nampula em 1943, mas com apenas cinco anos de idade deixou esta província, não falando mesmo a língua local, o *e-makhuwa*. Pior ainda, Armando Guebuza, nunca tinha-se identificado como Macua, mas como Ronga, um grupo étnico do sul de Moçambique. Igualmente, Armando Guebuza foi citado como sendo um dos fundadores do *Ngiyana*²⁹, uma associação explicitamente ronga desafiando assim os changanes³⁰ que embora estando no poder, não são originários de Maputo. Esta instrumentalização das identidades étnicas tinha como objectivo fazer cair por terra, o argumento dos opositores da Frelimo segundo o qual, “depois que o país está independente é governado por pessoas do sul”. Também visava captar o eleitorado do Norte do rio Save, região dominada pela Renamo. Não foi pois de admirar que o candidato da Frelimo tenha aberto a sua campanha em Nampula, mais precisamente em Murrupula onde procedeu à cerimónia de evocação dos espíritos. Este tipo de práticas era completamente impensável alguns anos atrás, pois a Frelimo considerava-as ultrapassadas e “incompatíveis com a nação moderna” então em construção. Isso não queria dizer que a Frelimo tinha mudado a sua concepção de nação, mas era apenas uma instrumentalização da “tradição” com fins eleitoralistas.

Diferentemente do seu predecessor, Armando Guebuza não ataca directamente o líder da Renamo, Afonso Dhlakama. Mas o tema da guerra civil esteve omnipresente nos seus discursos, a Renamo sendo acusada de “intimidar os eleitores”. Segundo o candidato da Frelimo, a Renamo-UE na Zambézia fazia circular mensagens segundo as quais, “iria voltar à guerra se as pessoas não votassem nela”, como se pode ver neste seu discurso à população de Milange:

²⁹ O que significa coroa em português.

³⁰ Grupo étnico de Gaza, sul de Moçambique e próximo da Frelimo.

“Temos que votar sem medo. Nós sabemos que eles passaram das vossas casas para dizer: se não votam em nós, a guerra vai voltar... Não haverá guerra. Os moçambicanos decidiram acabar com a guerra. E os moçambicanos que decidiram acabar com a guerra, somos nós. É preciso votar com a vossa consciência, votar para o milho e para a maçaroca [símbolos da Frelimo], porque é aqui onde se encontra o vosso futuro”³¹.

Armando Guebuza falou das realizações da Frelimo durante o último mandato, afirmando que este partido já tinha mostrado a sua capacidade em acabar com a pobreza. O candidato da Frelimo acusava também a Renamo de bloquear a reconstrução do país:

“Há os que quando chega a altura de decidir sobre o orçamento do Estado, votam contra o orçamento... Eles dizem nós não queremos o orçamento [...] sem orçamento como é que termos professores... Como construir a maternidade [...] e quando o governo da Frelimo apresenta a proposição para a discussão da melhor maneira, eles dizem: nós não queremos este orçamento, nós não aprovamos este orçamento [...] e aparece a Frelimo: nós queremos o orçamento, queremos que o país funcione, queremos que a população beba água potável, que a electricidade chegue a todos os lugares, que a TV se expanda por todo o país, mais [os da Renamo] não querem, eles votam contra [...] algumas vezes, quando chega o tempo de votar, eles abandonam o parlamento [...] as vezes começam a dançar, a brincar com as cadeiras no parlamento [...] cabe a vocês decidir [...] querem votar naqueles que vão dançar no parlamento? Os que não querem que haja medicamentos nos hospitais?...”³²

Em resumo, a imagem que a Frelimo pretendia dar da Renamo é de que tratava-se de um simples grupo de bandidos, de marginais sem nenhum programa político e cujo único objectivo era o de bloquear o desenvolvimento do país.

Por seu lado, o candidato da Renamo tinha escolhido terminar a sua campanha na Zambézia. Aquando da sua passagem por Mocuba, considerada segunda cidade da Zambézia, em Novembro de 2004, manifestantes da Renamo brandiam dísticos onde podia ler-se: “*Estamos cansados de ser enganados. Guebuza é um bandido, um criminoso, um assassino*”³³. Por outro lado, a continuidade no discurso foi o traço dominante da campanha de Afonso Dhlakama. O candidato da Renamo-UE afirmava que apesar de a Frelimo ter apresentado um novo candidato, este não se diferenciava do anterior pois também era velho, corrupto e ladrão. Afonso Dhlakama prometia ainda respeitar as pessoas idosas, acabar com a pobreza, criminalidade, desemprego e melhorar o sistema de justiça:

³¹ “Armando Guebuza. Eleições 2004, Zambézia”, TVM, Emissão televisiva, Maputo, Novembro de 2004

³² *Ibidem*.

³³ «Afonso Dhlakama. Campanha eleitoral Zambézia. Mocuba e Namacurra», TVM, Emissão televisiva, Maputo, Novembro de 2004.

“Eu Dhlakama estou aqui, vim para aqui apenas para vos saudar, para vos dizer, papa, mamã, Dhlakama continua a ser o mesmo [...] vim para aqui para pedir o voto da população de Mocuba e para vos prometer, não é somente pedir voto, pedir sim e dizer: quando serei presidente de Moçambique, vou governar bem, vou governar com democracia, governar com respeito, governar escutando a voz dos antigos, governar para fazer com que governar para acabar com a criminalidade, governar para acabar com a pobreza absoluta, governar para garantir estabilidade, governar para garantir a dignidade do povo moçambicano, governar para trazer o desenvolvimento, governar para premir que os jovens de Mocuba tenham emprego, para evitar que os jovens com 12^a segunda classe continuem a vender lenha nos mercados...”³⁴

Uma vez mais, o candidato da Renamo-UE insistiu sobre o facto de a Frelimo ter sempre marginalizado a Zambézia, apesar de ser uma das províncias mais ricas de Moçambique:

“...Vossa província vocês Zambebianos são sempre enganados [pela Frelimo] [...] Zambebianos, vocês são ricos por natureza, Deus deu-vos a riqueza [...] o problema vem do governo da Frelimo. A Frelimo não consegue rentabilizar os recursos naturais que Deus vos deu. Olhem para floresta da Zambézia, há madeira, olhem para os recursos minerais do Gilé e de Mocuba, olhem para esta costa, o camarão, o peixe, vejam a terra para a agricultura [...] Para que a população da Zambézia acabe com a fome, para promover o desenvolvimento da província e criar emprego para a juventude. Bem administrada, pode alimentar todo o território moçambicano [...] A Frelimo tem trinta anos de governação e fala de “Futuro melhor” é mentira! Eles não sabem governar, são mentirosos, só sabem roubar, o que esta gente sabe fazer é discriminar [...], nunca vão trazer investimentos no vosso distrito de Mocuba”³⁵

Esta campanha foi também marcada por alguns factos insólitos. A Frelimo acusava a deputada da Renamo Elisa Silvestre, de fazer passar-se por Luísa Diogo prometendo a todas as mulheres da Maganja da Costa que se elas votassem nela, resolveria todos os seus problemas³⁶. Como já tínhamos visto, a campanha eleitoral em Moçambique é sempre marcada por incidentes, geralmente protagonizados por simpatizantes da Renamo e da Frelimo. Por exemplo, a Frelimo acusava o deputado da Renamo Luís Boavida de agredir seus membros nos distritos de Namarroi e Pebane. Neste último distrito, Luís Boavida após agredir o régulo Coroba da região de Naburi teria afixado na sua casa cartazes da Renamo-UE à força³⁷.

³⁴ *Ibidem*.

³⁵ *Ibidem*.

³⁶ «Zambézia. Queremos ganhar todos os lugares disponíveis», *Domingo* (Maputo), 14 de Novembro de 2005.

³⁷ *Ibidem*.

Uma derrota expressiva da Renamo-União Eleitoral

Para as eleições presidenciais apresentaram-se cinco candidatos e para as legislativas, vinte partidos ou coligações.

Documento nº11. Eleições presidenciais de 2004 em Moçambique – Candidatos e partidos políticos

Candidato	Partido político/Coligação
Armando Guebuza	Frelimo
Afonso Dhlakama	Renamo-União Eleitoral
Carlos Reis	Movimento para a Boa Governação (MBG)
Raul Domingos	Partido para a Paz, Democracia e Desenvolvimento (PDD)
Yacoob Sibindy	Partido Independente de Moçambique (Pimo)

Fonte: «Eleições gerais 2004 : resultados finais», in *Página da AIM/Resultados finais*
<www.sortmoz.com/aimnews/Portuguese/eleicoes.htm>.

Documento nº12. Lista dos partidos políticos e coligações participantes às eleições legislativas de 2004 em Moçambique

Partido político/Coligação
Frelimo
Renamo-União Eleitoral
Movimento para a Boa Governação (MBG) ³⁸
Partido para a Paz, Democracia e Desenvolvimento (PDD)
Partido Independente de Moçambique (Pimo)
Partido da Reconciliação Nacional (Parena)
Partido para a Liberdade e Solidariedade (PAS)
Partido de Ampliação Social (Pasomo)
Partido Sol (PS)
Partido Ecologista (PE)
Partido os Verdes de Moçambique (PVM)
Partido Liberal Democrático (Palmo)
Partido da Reconciliação Democrático (Parena)
Partido do Democrático e Liberal de Moçambique (Padelimo)
Congresso dos Democratas Unidos de Moçambique (CDU)
Partido Popular Democrático (PPD)
União Democrática (UD)
Frente Alargada da Oposição (FAO) ³⁹
União para a salvação de Moçambique (Usamo) ⁴⁰

Fonte: «Eleições gerais 2004 : resultados finais», in *Página da AIM/Resultados finais*
<www.sortmoz.com/aimnews/Portuguese/eleicoes.htm>.

³⁸ Coligação de dois partidos : Unamo e Partido para Todos os Nacionalistas de Moçambique (Partonamo).

³⁹ Coligação de dois partidos : Frente Liberal (FL) e Partido Africano Conservador (PAC).

⁴⁰ Coligação de três partidos : Partido Democrático Para a restauração Social (Padres), Partido Socialista de Moçambique (PSM) e União para a Mudança (UM).

Estas eleições foram uma vez mais ganhas pela Frelimo e pelo seu candidato Armando Guebuza com 62,03% e 63,74% dos votos respectivamente. A coligação Renamo-UE obteve 29,73% e seu candidato 31,74% dos votos, no que constitui a sua pior derrota desde 1994. Raul Domingos antigo quadro sénior da Renamo e candidato pelo PDD foi o terceiro candidato mais votado com 2,73% dos votos. Yacoob Sibindy e Carlos Reis obtiveram cada um menos de 1% dos votos. E à semelhança das eleições de 1999, nenhum partido conseguiu ultrapassar a barreira dos 5%, o que confirma uma vez mais a bipolarização política do país.

Uma vez mais, e à semelhança das anteriores eleições, a Renamo contestou os resultados das eleições, alegando a existência de inúmeras irregularidades e fez queixa na Comissão Nacional de Eleições (CNE). E como já era previsível, a CNE rejeitou a queixa da Renamo, confirmado a vitória da Frelimo. A Renamo persistiu submetendo a sua contestação ao Concelho Constitucional (CC). Esta instituição à semelhança da CNE decidiu validar os resultados a favor da Frelimo e do seu candidato, sob pretexto que a queixa da Renamo havia sido apresentada fora do prazo. É verdade, mesmo se à primeira vista parece incrível e sujeito a diversas interpretações.

Como explicar esta esmagadora derrota da Renamo?

Estas eleições foram caracterizadas por uma taxa de abstenção muito elevada, pelo menos aparentemente, estimada em 64% a nível nacional. Na Zambézia, entre os 1 874 601 eleitores, apenas 474 119 (ou seja 25%) exerceram o seu direito de voto. Nenhum outro distrito atingiu por exemplo, uma taxa de participação superior ou igual a 35%. Quelimane e Alto-Molocué com uma taxa de participação de 33% foram as circunscrições eleitorais que registaram maior taxa de participação e Mopeia com apenas 19,6%, foi a que registou menor taxa de participação. Esta abstenção foi mais prejudicial para a Renamo do que para a Frelimo. Isso pode ser imputado à própria Renamo cujo discurso girava sempre em torno de fraude. Com efeito o facto de a Renamo dizer sempre que a Frelimo forja os resultados das eleições desmotivou os seus eleitores, que deixaram de votar porque o seu partido “jamais iria ganhar eleições”. Afonso Dhlakama dizia que desde 1994 ganha eleições, mas por causa da fraude da Frelimo não conseguia chegar ao poder. Antes e durante a campanha eleitoral Afonso Dhlakama dizia sempre que a Frelimo estava a

preparar a fraude. Até chegou a ameaçar tomar o poder à força nas províncias onde ganhasse eleições⁴¹. A Renamo foi pois vítima do seu próprio discurso como ilustra este exemplo:

“Não fui votar porque cada vez que votamos, ouvimos dizer que a Renamo perdeu. Na minha família ninguém foi votar por causa disso. Eu, jamais irei votar porque o meu partido nunca ganha. Se vou votar, o meu voto é dado à outra pessoa e não à pessoa na qual votei. Isso é corrupção. Estão sempre a roubar os votos de Dhlakama. Moçambique está cheio de corrupção. Com Dhlakama as coisas vão melhorar. Repara que os ladrões matam pessoas e quando são levados à polícia, alguns minutos depois são libertados! Não há lei, não há nada! Como é que o país vai se desenvolver? Nós queremos leis, com a Frelimo vamos viver sempre assim? Desemprego, custo de vida cada vez mais elevado [...] Queremos nos sentir como cidadãos. Abaixo à corrupção! Com Dhlakama a vida vai melhorar. Se ele ganhar, vou fazer uma festa [...] Todo o mundo vai votar por uma coisa melhor, mas nada muda. Sempre há fraudes, queremos ver uma coisa melhor [outro governo diferente do da Frelimo], para ver como vai governar, mas o nosso voto não vale nada”⁴².

A Renamo também foi vítima de excesso de confiança. Com efeito, após as eleições de 1999 nas quais quase venceu, o partido de Afonso Dhlakama estava completamente convencido que desta vez ganharia facilmente as eleições e por isso não precisava de fazer uma campanha forte. Esta convicção era tão forte que a Renamo até conseguiu algo até a pouco impensável: a adesão espectacular e pública de alguns altos quadros do Estado tais como Eduardo Namburete, Ismael Mussá, etc., criando um certo desconforto nas hostes do seu principal adversário, a Frelimo.

Mas também houve outros factores não negligenciáveis que jogaram um papel fundamental nesta humilhante derrota da Renamo: o distanciamento das assembleias de voto em relação aos locais de residência, a abertura tardia das assembleias de voto, a troca dos cadernos eleitorais, o atraso no envio do material de votação, o recenseamento de menos eleitores, tudo isto nas zonas rurais e de forte influência da Renamo.

Segundo o padre Luciano que fazia parte do Observatório Eleitoral, no distrito de Chinde, a distância entre os locais de residência e as assembleias de voto foi um dos principais factores que desmotivou os eleitores:

⁴¹ «Dhlakama ameaça assumir poder onde vencer», 25 de Novembro de 2004, www.rtp/index.php?article=139567&visual=5

⁴² Entrevista com Maria Antónia, Quelimane, 4 de Dezembro de 2004.

“Na zona da Matilde [distrito de Chinde], certas pessoas deviam caminhar uma distância de 15 ou 20 kms para ir votar; outras deviam atravessar o rio Zambeze. Ora no lugar de irem votar, as pessoas preferiram ficar nas suas casas por causa da distância. Trata-se de uma zona de forte influência da Renamo. A distância entre os locais de residência e as assembleias de voto ditou o voto no Chinde. Há também a questão da omissão dos nomes nos cadernos eleitorais⁴³.

A mesma situação foi constatada no posto administrativo do Chire, distrito de Morrumbala, como ilustra este testemunho de um outro membro do Observatório Eleitoral:

“As distâncias eram muito grandes, o que fez com que apenas os homens fossem votar, porque tinham bicicletas. Havia também o problema das listas eleitorais que não correspondiam às assembleias de voto, o que impedia as pessoas de votar. Isto verificou-se em quase todas assembleias de voto que controlei em Campata, Chilomo e Sandramo. Noutros casos havia cadernos eleitorais com nomes omitidos”⁴⁴.

Por exemplo, no posto de votação EP1 de Malema, posto administrativo de Mulela, distrito de Pebane, até as 15 horas de 1 de Dezembro não estava disponível o caderno eleitoral correspondente a esta assembleia de voto. Em alguns locais da Maganja da Costa, até a manhã do dia 2 de Dezembro alguns locais ainda não haviam recebido o material de votação⁴⁵.

É preciso sublinhar que as manobras da Frelimo começaram durante o recenseamento eleitoral. Segundo o Carter Center, a distância média entre os lugares de residência e os lugares de recenseamento era duas vezes mais importante na Zambézia e Nampula em relação à média nacional⁴⁶. Igualmente, durante o recenseamento eleitoral, a Renamo queixava-se da não mobilização de um número suficiente de brigadas para recensear os eleitores nas zonas de sua forte influência. Ademais, não foi realizado um novo recenseamento (como pedia a oposição e como parecia mais lógico). Simplesmente foi realizado uma actualização dos antigos cadernos eleitorais sem se ter, por exemplo em conta, o número de pessoas falecidas. Neste caso, como é possível analisar a taxa real de abstenção? Neste sentido, a análise quantitativa de eleições em Moçambique coloca sérios problemas. É ilustrativo o facto de que, à semelhança dos resultados das eleições de

⁴³ Entrevista com o Padre Luciano, Quelimane, 4 de Dezembro de 2004.

⁴⁴ Entrevista com Job Chambal, Quelimane, 4 de Dezembro de 2004.

⁴⁵ Trata-se de uma observação pessoal pois tive a oportunidade de fazer parte da equipa do Observatório Eleitoral na Zambézia.

⁴⁶ *Relatório do Carter Center sobre a actualização do recenseamento Eleitoral de Moçambique*, 28 juin-15 de Julho de 2004, Maputo, Agosto de 2004, in <www.cartercenter.org/Documentos/1831.pdf>.

1999, os resultados destas eleições não foram publicados de forma detalhada (por assembleia de voto). Além disso, foi se para as eleições de 2004 sem mesmo se conhecer o número total de eleitores, ao nível do país, o que constituía um factor potencial de fraudes.

A “resistência” da Zambézia

Contrariando o resultando obtido a nível nacional e mesmo nos seus tradicionais “bastiões”, a Renamo ganhou uma vez mais na Zambézia. É preciso sublinhar ainda que a Zambézia e Sofala, foram os únicos dois círculos eleitorais onde o partido de Afonso Dhlakama obteve menos perdas. Com efeito, a Renamo obteve 52,73% dos votos e Afonso Dhlakama, 56,78%. Armando Guebuza da Frelimo, obteve 37,45 e o seu partido 36,31%. Num contexto globalmente catastrófico para a Renamo, o partido de Afonso Dhlakama obteve maiorias absolutas ou mesmo resultados que ultrapassam os 2/3 dos votos nas regiões fronteiriças com o Malawi, de Milange e Morrumbala (à excepção de Lugela). O mesmo resultado foi registado em Alto-Molocué, distrito fronteiriço com a província de Nampula e berço dos *Naparamas*⁴⁷.

No litoral e no interior, a Renamo obteve maiorias relativas. À excepção de Gurué onde havia perdido em 1994, ganhou em 1999 e 2004, de Inhassunge onde nunca ganhou, a Renamo domina completamente a circunscrição eleitoral da Zambézia. O caso do distrito de Inhassunge merece uma atenção particular, pois é o único na Zambézia onde a Renamo nunca ganhou. Quer me parecer que a razão principal disso seja o assassinato, por este movimento, durante a guerra civil de três padres italianos dos Capuchinhos em 1989⁴⁸, uma congregação muito influente nesta região. A população de Inhassunge nunca perdoou isso. Facto novo nestas eleições foi a vitória da Frelimo no distrito costeiro de Chinde, próximo de Quelimane, uma região antes pró-Renamo.

⁴⁷ Movimento messiânico surgido na Zambézia durante a guerra civil e que pretendia acabar com a guerra da Renamo. Um pouco mais tarde os *Naparamas* (que também actuaram em Nampula) foram cooptados pela Frelimo para juntos combaterem a Renamo, tendo ambos participados em inúmeras atrocidades contra as populações locais. Sobre os *Naparamas* ver S. CHICHAVA, *Le vieux Mozambique...*, op. cit.; A. VINES, *Renamo: from terrorism to democracy in Mozambique*, Londres, University of York, Centre for Southern African Studies, 1996.

⁴⁸ «Ocorrido há seis meses em Inhassunge. BA's responsáveis pelo assassinato dos padres. Confirmam sacerdotes da Ordem Capuchinhos da Itália», *Notícias* (Maputo), n° 21319, 9 de Outubro de 1989.

Documento nº13. Frelimo, Renamo- Resultados das eleições legislativas e presidenciais de 2004 por distrito na Zambézie

Eleições legislativas				Distrito	Eleições presidenciais			
Frelimo		Renamo			Frelimo		Renamo	
Votos	(%)	Votos	(%)		Votos	(%)	Votos	(%)
10 320	24	23 979	57	Alto Molocué	9 782	26	24 133	63
8 021	40	7 537	37	Chinde	8 686	44	8 520	43
15 607	45	16 818	49	Quelimane	16 907	43	18 758	48
6 455	39	6 797	41	Gilé	7 123	42	7 800	46
16 053	36	19 209	43	Gurué	17 349	39	21 661	49
7 675	28	12 529	46	Ile	8 491	31	14 325	53
6 839	45	4 789	31	Inhassunge	7 544	49	5 266	34
5 786	31	7 810	42	Lugela	6 040	33	9 134	50
8 004	29	10 342	38	Maganja da Costa	9 944	33	13 593	46
6 384	14	25 158	56	Milange	7 181	16	29 471	66
14 222	40	14 622	41	Mocuba	15 148	43	16 013	45
3 841	33	5 100	44	Mopeia	4 068	36	5 794	51
6 123	20	18 416	59	Morrumbala	7 323	23	21 201	66
7 348	25	12 942	44	Namacurra	8 529	28	15 681	52
6 246	32	7 539	38	Namarroi	7 223	35	9 396	46
10 367	33	12 341	40	Nicoadala	11 603	37	14 622	46
8 895	37	9 227	38	Pebane	9 201	40	10 458	45

Fonte: STAE, Eleições Gerais 2004, Maputo, 2005.

Em comparação com as eleições de 1999, a Renamo perdeu cinco deputados, passando de trinta e quatro a vinte e nove. A Frelimo por seu turno, ganhou mais quatro deputados, passando de quinze a dezanove.

Entretanto, apesar de a Zambézia votar a favor da Renamo, nas últimas eleições municipais de 2003, a Frelimo ganhou nos quatro municípios existentes nesta província nomeadamente Quelimane, Mocuba, Gurué e Milange. Como explicar isto?

Em primeiro lugar é preciso notar que diferentemente das eleições gerais onde a totalidade do distrito (com os seus postos administrativos e localidades) corresponde à uma circunscrição eleitoral, nas eleições municipais, só a sede do distrito é considerado município, correspondendo assim a uma circunscrição eleitoral. A população que não vive na sede do distrito é assim excluída do processo. E globalmente, o eleitorado da Frelimo é urbano. É neste sentido que tem que se

perceber a diferença entre os resultados das eleições gerais e os das eleições municipais. A ilusão das eleições municipais de 2003 foi confirmada pelas eleições gerais de 2004.

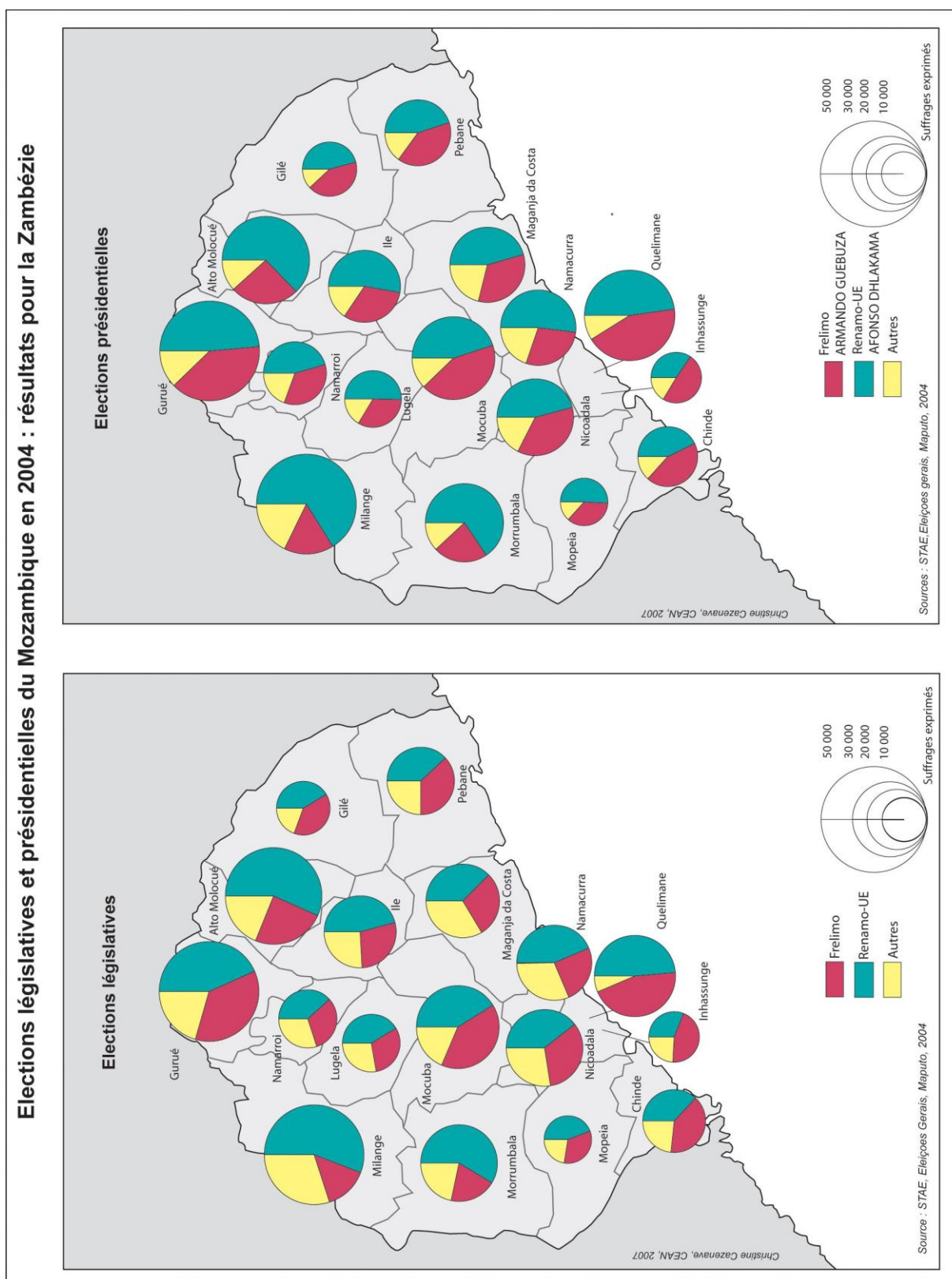
Também, é preciso insistir um pouco sobre dois casos interessantes ocorridos nas cidades de Mocuba e de Quelimane. Na primeira, o candidato da Renamo, José Manteigas Gabriel foi excluído pela Comissão Nacional de Eleições (CNE), após uma reclamação da Frelimo alegando a existência de inúmeras irregularidades na sua candidatura. Segundo a Frelimo, José Manteigas havia falsificado os Documentos que provavam a sua domiciliação na cidade de Mocuba seis meses antes das eleições, como manda a lei. Esta alegação revelou-se falsa alguns dias mais tarde e após um recurso da Renamo-UE, o Concelho Constitucional decidiu anular a decisão da CNE, mas... a um dia das eleições, o que já não permitia ao candidato deste partido de fazer qualquer tipo de campanha eleitoral. A Renamo pediu à CNE o adiamento das eleições neste município, pedido este que foi recusado. E como era previsível, a vitória em Mocuba coube a Frelimo e ao seu candidato, Rogério Gaspar.

Em Quelimane, a Frelimo consciente de estar num terreno hostil, havia apresentado como candidato Pio Matos, um cidadão misto proveniente de umas das mais antigas e importantes famílias zambebianas e antigo membro da Renamo. Isto foi decisivo para a vitória deste partido, pois os Quelimanenses votaram mais pelo candidato do que pelo próprio partido, como explica esta testemunha:

“Pio Matos é um filho da terra. Votamos pelo Pio Matos porque vem de uma família muito reconhecida aqui, de uma família muito respeitada. Nós votamos pela Frelimo. Se a Frelimo tivesse apresentado um outro candidato e não Pio Matos, teria perdido as eleições⁴⁹”

Isto mostra que não é certo que a Zambézia identifica-se ideologicamente com a Renamo, mas que utiliza este partido como um instrumento para fazer pressão à Frelimo.

⁴⁹ Entrevista com Caldino Dalmas, Quelimane, 25 de Novembro de 2005.



O significado do voto zambeziano a favor da Renamo

Em primeiro lugar é preciso dizer que factores gerais como corrupção, desemprego e criminalidade são evocados pelos eleitores zambezianos para justificar o seu voto a favor da Renamo. Ainda nos factores gerais, é preciso evocar a política de “modernização autoritária” da Frelimo (aldeias comunais, negação religiosa e das tradições locais, construção do “Homem Novo”, humilhação e negação do poder tradicional, etc.) e a guerra civil, como um dos factores que explicam o voto zambeziano a favor dos antigos “bandidos”. Contudo, há outros factores que são especificamente zambezianos, nomeadamente que eles chamam “Teoria do complô”, isto é, a percepção de que haveria da parte da Frelimo, “uma intenção deliberada para destruir a Zambézia”. Porquê este sentimento?

O desemprego, a pobreza a exclusão e a “modernização autoritária” como factores determinantes do voto:

Imediatamente após a independência houve um caos económico que provocou a perda de milhares de empregos com o encerramento de fábricas e a falência das plantações. Ora, numa região como a Zambézia onde quase não havia desemprego, é normal que esta seja uma das razões da insatisfação das pessoas:

“Quando a Frelimo chegou, os empregos desapareceram, houve fome. Após a independência não havia muita consideração com as pessoas da Zambézia. As pessoas tinham que andar muitos quilómetros à procura de água [...] também é porque as pessoas que o governo da Frelimo é do Sul, porque não há transportes, os prédios são do tempo colonial...”⁵⁰

A este sentimento geral, tem que salientar o descontentamento de milhares de antigos trabalhadores das plantações zambezianas. Estes responsabilizaram a Frelimo da grave situação em que se encontravam e reclamaram indemnizações devidas há já muito tempo. Durante a campanha eleitoral para as eleições de 2004, Luísa Diogo, directora da campanha da Frelimo na Zambézia,

⁵⁰ Entrevista com Ernesto Sadiane, 16 de Novembro de 2005.

teve que reunir-se de emergência com milhares de antigos trabalhadores da antiga empresa estatal, Emochá, caídos em desgraça depois que esta faliu, a quem prometeu compensações financeiras⁵¹.

Ao descontentamento dos antigos trabalhadores das plantações, junta-se o dos antigos pequenos proprietários das plantações, em particular os proprietários dos coqueiros na zona costeira. Estes que eram considerados “pequenos burgueses” e foram muito hostilizados pela Frelimo, fizeram parte dos que sofreram mais com a desorganização do circuito de comercialização (fuga dos comerciantes portugueses e indianos, falta de transporte e de mercado, dificuldades de escoamento através do porto de Quelimane, problemas de estradas, etc.).

Em 1978, havia em toda a província da Zambézia cerca de dez mil toneladas de copra a apodrecer porque não havia nenhuma possibilidade de escoá-las. O pequeno produtor que vivia só da sua produção foi o mais afectado. As companhias que habitualmente lhes compravam a produção não estavam em condições de fazê-lo porque também debatiam-se com os mesmos problemas. Os seus armazéns encontravam-se totalmente abarrotados e a transbordar porque não havia nenhuma possibilidade de escoamento⁵². É preciso dizer que os pequenos produtores chegaram a representar 43% da produção total de copra na Zambézia⁵³. Os rendimentos que eles tiravam da copra haviam contribuído enormemente à sua emancipação. A situação era desesperante como explica esta testemunha:

“Durante o tempo do colono, as pessoas não tinham necessidade de trabalhar. Praticavam a agricultura e vendiam os seus cocos às companhias [...] Aqui as companhias dependiam muito da produção camponesa, mas com a independência tudo desapareceu. As pessoas eram obrigadas a comer coco todos os dias, porque não havia mais nada para comer. A [Sociedade do] Madal, a [Companhia do] Boror, ou a Companhia da Zambézia não compravam mais os cocos [...] As crianças deixaram de ir à escola porque os pais não tinham dinheiro para lhes comprarem roupas [...] Hoje as pessoas estão pobres [...]. Todos os que viviam dos coqueiros ficaram pobres, como queres tu que eles esqueçam⁵⁴?”

Esta crise que não atingia somente o sector de copra, mas todo o sector agrícola zambeziano, prolonga-se até hoje e constitui sem dúvida um elemento importante para compreender o distanciamento dos zambezianos em relação à Frelimo. Ciente disso, logo após a sua investidura, o

⁵¹ «Como votarão os descontentes?», *Media Fax*, 30 de Novembro de 2004, <www.macua.blogs.com>.

⁵² «Zambézia: o difícil escoamento dos produtos agrícolas. Copra: 10 mil toneladas à espera de barco», *Tempo* (Maputo), n.º 405, 9 de Julho de 1978.

⁵³ *A copra na economia geral da colónia de Moçambique*, Braga, Livraria Cruz, 1950.

⁵⁴ Entrevista com Caldino Dalmas, 25 de Novembro de 2005.

governo de Armando Guebuza começou a fazer o inventário dos antigos trabalhadores descontentes a fim de proceder ao pagamento das respectivas indemnizações. Em alguns casos, o governo já começou com as compensações. É o caso dos 4500 antigos trabalhadores do Complexo Agro-pecuário de Lioma, antiga empresa estatal⁵⁵. Os antigos trabalhadores da empresa moçambicana de chá (Emocha), também já começaram a receber as respectivas indemnizações⁵⁶.

Mas também é preciso salientar que o voto zambeziano a favor da Renamo é à semelhança de muitas regiões do país, uma reacção ao paradigma de “modernização autoritária” da Frelimo. Contudo, o que é específico à esta região é que, na Zambézia esta política foi duramente contestada. A contestação caracterizou-se pelo apoio que a população rural concedeu aos movimentos anti-Frelimo (PRM e Renamo) e a propagação de rumores pondo em causa a governação da Frelimo.

Nos primeiros anos da independência do país, o apoio aos movimentos anti-Frelimo (ao PRM por exemplo) consistia, entre outros, em alimentação, informação sobre a localização das tropas da Frelimo, etc. Esta situação foi mesmo confirmada pelo governo da Frelimo que não percebia as suas motivações. A situação era de tal modo preocupante, que o governo local propôs a organização das populações em aldeias comunais para evitar que esta estivesse em contacto com o “inimigo”⁵⁷. A população também ajudou o PRM a destruir as “aldeias comunais” naquilo que localmente ficou conhecido como “*wotcha weka*” (queima você mesmo a sua aldeia comunal). O desprezo às autoridades tradicionais foi também fatal para a Frelimo. Estas também apoiaram os movimentos que contestavam o regime de Maputo. Hoje no contexto multipartidário, as autoridades tradicionais constituem uns dos importantes suportes da ajuda à Renamo, embora a Frelimo tenha já começado a estender a mão na sua direcção. Na Zambézia existem regiões onde o governo da Frelimo encontrava sérias dificuldades para realizar suas actividades político-

⁵⁵ «Governo gasta cerca de 70 milhões para ex-trabalhadores do Complexo Agro-pecuário de Lioma», 20 de Março 2006, <<http://www.zambezia.co.mz/content/view/1876/81/-27k>>.

⁵⁶ «No Gurué: Governo paga salários das indemnizações dos trabalhadores da extinta Emocha», 28 de Junho, 2006 <<http://www.zambezia.co.mz/content/view/2279/-26k>>.

⁵⁷ MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL, *Síntese da reunião conjunta das Forças de Defesa e Segurança das Províncias do Niassa e Zambézia*, Milange, 4 de Fevereiro de 1982; MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL, *Relatório sobre a reunião do Comando conjunto realizada em Mocuba no dia 18 de Dezembro de 1980*, Quelimane, 20 de Dezembro de 1980; COMISSÃO COORDENADORA DAS FORÇAS DE DEFESA E SEGURANÇA, *Relatório*, Quelimane, 28 de Outubro de 1980 in Arquivo do Governo da Zambézia (AGZ). Ver também MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL, *síntese dos relatórios da CCFS de Milange referente ao mês de Outubro de 1980*, Quelimane, in AGZ.

administrativas. Em 2000 por exemplo, o governo de Milange dizia que encontrava inúmeras dificuldades para trabalhar na localidade de Nantuto porque as autoridades tradicionais não gostavam da Frelimo e estavam “seriamente comprometidas com a Renamo”⁵⁸.

Quanto a propagação de rumores ou boatos o caso mais emblemático foi o fenómeno chupa-sangue. Segundo a população zambeziana, os chupa-sangue eram gente que durante a noite andavam de casa em casa e chupavam o sangue das suas vítimas através de instrumentos especiais. Mas o que é preciso reter aqui, é que essas pessoas chupavam o sangue das populações com a conivência da Frelimo. As pessoas começaram a dormir de dia e de noite ficavam em grupos dançando e cantando a fim de afugentar os chupa-sangue. Como resultado, as machambas colectivas, cooperativas, empresas estatais, etc., ficaram paralisadas. Os responsáveis da Frelimo acusados de apoiarem os chupa-sangue foram atacados pela população. Nestes confrontos para além de dezenas de feridos e presos, houve mortos. Podemos citar os casos de Missale na Maganja da Costa, onde foram registados quatro mortos, de Pebane e Inhassunge, onde foi registado um morto. O chupa-sangue era sem dúvida uma reacção às políticas de “modernização autoritária” da Frelimo como bem explica o Bispo de Quelimane, Dom Filipe Governo:

“O chupa-sangue foi uma expressão metafórica utilizada pela população para exprimir o seu descontentamento em relação ao governo [...], talvez o governo não compreendeu bem a mensagem. O facto de a população ter acusado o governo foi uma metáfora com vista a opor-se à exploração, à opressão, tanto mais que a população atacava o próprio governo, os administradores [...] Os bens das populações eram explorados pela Frelimo [...] a reacção foi violenta [...] a população libertou presos em Tete”⁵⁹.

As atrocidades da Frelimo durante a guerra civil

A guerra civil é outro elemento importante para compreender as razões do voto zambeziano a favor da Renamo. Com efeito, durante esta guerra numerosas atrocidades contra a população foram cometidas pelas tropas da Frelimo: violação de mulheres, assassinatos, roubos de produtos nas machambas, pilhagens dos bens das populações, etc. Havia instruções dadas pelos Comando Militar Provincial para eliminar todo e qualquer suspeito de colaborar com a Renamo e não era raro o cometimento de abusos, tais como a amputação de sexos. Velhos, doentes e crianças eram

⁵⁸ ADMINISTRAÇÃO DO POSTO ADMINISTRATIVO DE MOLUMBO, Distrito de Milange, *Relatório trimestral 2000*, in AGZ.

⁵⁹ Entrevista com o Bispo de Quelimane, Dom Filipe Governo, Quelimane, 9 de Outubro de 2004.

obrigados a fazer parte das tropas da Frelimo⁶⁰. Em Milange, vila completamente abandonada após o ataque e consequente ocupação pela Renamo em 1986, as pessoas ainda guardam na memória as atrocidades cometidas pelas tropas da Frelimo para obrigarem as pessoas a voltarem a viver na vila quando esta foi “recuperada”, como nos conta esta testemunha:

“A nossa tropa ia procurar as pessoas refugiadas no mato para lhes obrigar a viver na aldeia. Se eles recusassem, eram amarradas e trazidas para aqui. Prendiam também pessoas suspeitas de serem da Renamo e eram arrastadas atrás dos blindados, as pessoas eram torturadas de qualquer maneira. Aqui em Milange, o comandante Funhamuendo era o terrível.”⁶¹

Esta opinião é também partilhada por outros zambezianos como por exemplo este jovem da etnia Chuabo de Inhassunge, sul da Zâmbia que explica ao mesmo tempo uma diferença de atitude entre os militares da Frelimo e os da Renamo. Os primeiros seriam muito brutais e os segundos, mais complacentes em relação à população:

“Na minha região, Micaune, a maior parte das pessoas gosta da Renamo, porque durante a guerra a Frelimo assassinou muita gente na zona dos Abreu [que tinha sido ocupada pela Renamo]. Quando a Frelimo foi recuperar esta zona disse: são vocês os homens que colaboraram com a Renamo, então todos os homens eram mortos na zona dos Abreu em Inhassunge [...] matavam só homens e não mulheres [...] os soldados da Frelimo faziam-nos sofrer [...] nesta zona as pessoas viveram muito tempo com a Renamo. Quando os soldados da Renamo tinham fome pediam comida à população, não arrancavam usando a força, pediam...”⁶²

Estes depoimentos mostram que muitos zambezianos estão longe de esquecer as brutalidades das forças da Frelimo. A história da guerra civil em Moçambique está ainda por escrever.

Um complô da Frelimo para destruir a Zâmbia?

Para alguns zambezianos haveria da parte da Frelimo “uma atitude deliberada para bloquear o desenvolvimento desta província sob pretexto de que tratava-se de uma província que nunca

⁶⁰ Ver por exemplo ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO DE MORRUMBALA, *Informação de carácter confidencial*, Morrumbala, 5 de Março de 1991; GOVERNO DA PROVÍNCIA DA ZÂMBIA, *Síntese da visita de sua excelência Ministro da Agricultura ao Distrito*, Nicosadala, 20 de Setembro de 1993; ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO DA MAGANJA DA COSTA, *Relatório de trabalho realizado em Mabala, Cabuir e Muolôa de 1 a 11 de Setembro de 1986*, Maganja da Costa, 17 de Setembro de 1986; ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO DE GILÉ, *Relatório da situação política, económica e social do distrito do Gilé referente ao mês de Abril de 1986*, Gilé, 10 de Maio de 1986, in AGZ.

⁶¹ Entrevista com Ernesto Malua, Milange, Dezembro de 2005.

⁶² Entrevista com Manuel Abudo, Quelimane, 30 de Novembro de 2005.

gostou deste partido”, de uma província que não estava interessada na independência do país. Em resumo, de uma província que sempre esteve comprometida com os “inimigos da pátria”

Para compreender isto é preciso dizer que durante a luta armada a Zambézia foi a única das “frentes” (Cabo Delgado, Niassa, Tete, Zambézia, Sofala) onde a luta anticolonial da Frelimo fracassou completamente. Segundo a Frelimo, a sua luta na Zambézia teria sido dificultada pelo facto de que a maior parte dos Zambebianos que haviam aderido a este movimento terem desertado, juntando-se a Jorge Jardim⁶³ e à polícia política do regime português PIDE⁶⁴. Para os zambebianos a exclusão e marginalização que sofreram após a independência faz parte da estratégia da Frelimo para lhes “castigar” por não terem apoiado a sua luta contra Portugal. Não há dúvidas que a deserção de milhares de Zambebianos durante a guerra colonial nunca foi bem digerida pela Frelimo, como ilustra este discurso de Samora Machel em Junho de 1983 em Quelimane:

“Durante a luta armada de libertação nacional enfrentamos no seio da Frente de Libertação de Moçambique, muitas acções dos bandidos armados. *Aqui, na Província da Zambézia, o banditismo armado tem características muito específicas. Durante a luta armada de libertação nacional, mais de dois mil homens, naturais da Província da Zambézia, desertaram para o Malawi onde construíram a sua base contra a Frelimo.* Durante a guerra de libertação, o Bonifácio foi nosso representante no Malawi. Em 1969, por ele ter prendido 15 desertores da Frelimo, que eram da PIDE e porque fez uma emboscada a alguns e bateu-lhes duro, foi detido, e expulso do Malawi e proibido de entrar no país. Mas agora já vai ao Malawi [...]. O agente principal chamava-se Atanásio Filipe Muhate e trabalhava estreitamente com Jorge Jardim. *Aqui mesmo onde estamos há afilhados de Jorge Jardim e são muitos. Estou a ver alguém a rir-se aí, está a lembrar-se do padrinho!* Esta acção de deserção, coordenada e dirigida pela PIDE, tinha como objectivos: a partir do Malawi, raptar populações e assassiná-las e atribuir estes actos criminosos à Frelimo;

⁶³ Importante homem de negócios de origem portuguesa que estava sediado na Beira. Era proprietário dos jornais *Notícias da Beira*, *Voz Africana* e *Economia de Moçambique* publicados na cidade da Beira. Também tinha acções no semanário *Tempo* publicado em Lourenço Marques (actual Maputo). Figura muito próxima do regime de Salazar (mas sem boas relações com Marcelo Caetano) e grande amigo de Kamuzu Banda, Jorge Jardim havia sido nomeado Cônsul do Malawi na Beira, no dia da independência deste país. Jorge Jardim caiu em desgraça com a queda do “Estado Novo”. Grande inimigo do comunismo, ele defendia entre outros, uma independência das colónias portuguesas, em particular de Moçambique, que passava pela formação de uma “comunidade luso-brasileira”, onde Portugal jogaria um papel fundamental e o português seria a língua oficial e onde os interesses portugueses seriam preservados e teriam um tratamento privilegiado. Estas ideias, segundo o próprio Jorge Jardim tinham o apoio do antigo presidente zambiano Kenneth Kaunda e inscreviam-se no “Programa de Lusaca” mantido confidencial e assinado em 1973. A própria Frelimo estava, então, muito interessada na proposta.

⁶⁴ S. MACHEL, *A nossa força está na unidade (Intervenção do Presidente Samora Machel no comício realizado em Quelimane, em 19 de Junho de 1983, para apresentação do novo dirigente da Província da Zambézia)*, Maputo, Instituto Nacional do Livro e do Disco, 1983, pp. 27-29 (Colecção Unidade Nacional, 3).

raptavam populações de Milange, Tacuane, Morrumbala; assaltar lojas e outros estabelecimentos e atribuir estes actos à Frelimo; No Malawi, raptar e assassinar militantes da Frelimo; em muitos casos, para mostrar fidelidade à PIDE, cortavam a cabeça a militantes da Frelimo e ela servia de troféu para apresentar aos seus patrões. Nesta ocasião prestamos homenagem ao velho Mutumula, que foi assassinado por bandidos zambezianos, sendo ele também zambeziano. Tem um filho que está connosco. O velho Mutumula foi enviado pela Frelimo para organizar o interior a partir do Malawi. Os desertores zambezianos, que tinham a sua base lá servindo a PIDE, fizeram-lhe uma emboscada, assassinaram-no e cortaram-lhe a cabeça para ir mostrar à PIDE, para provar que de facto tinham assassinado o nosso companheiro Mutumula. Todos nos sabemos isso. O Bonifácio conhece isto. Tazama foi encarregado de fazer inquérito ao Malawi sobre os actos desses bandidos da Zambézia, desses desertores ao serviço da Pide. Mas, muitos de vocês, são jovens não conhecem esta história...” [sublinhado por mim S. Ch] ⁶⁵.

Este discurso de Samora Machel estava carregado de “tribalismo”, o mesmo fenómeno que a Frelimo dizia estar a combater. Para a Frelimo a “anormalidade” dos zambezianos levava-lhes a cometer actos bárbaros que outros Moçambicanos eram incapazes: apenas um bandido zambeziano era capaz de violar crianças ou matar seus outros irmãos zambezianos. São pois claramente compreensíveis as razões que levam os zambezianos a não identificarem-se com a Frelimo e a pensarem que este partido “nunca simpatizou com eles” e que a Zambézia foi “intencionalmente penalizada”:

“Uma das questões que explica a impopularidade tem a ver com o abandono que este partido votou a Zambézia. Só hoje fala-se do porto de Quelimane inoperante desde a independência? A província foi castigada intencionalmente porque diziam que os Zambezianos têm manias de que são assimilados [à cultura portuguesa], ora que tiveram dificuldades para fazer a luta armada”. ⁶⁶

Com o surgimento do Partido Revolucionário de Moçambique (PRM) e da Renamo, os zambezianos foram de novo acusados pela Frelimo de apoiarem o banditismo armado com vista a derrubarem o regime de Maputo. Segundo Samora Machel esta atitude devia-se ao “tribalismo” dos zambezianos à sua “falta de identidade”⁶⁷. É por isso que os bombardeamentos aéreos da Frelimo durante a guerra contra posições da Renamo que destruíram inúmeras infra-estruturas foram também vistos como um “complô” para destruir a Zambézia. Igualmente, a quase ausência de

⁶⁵ Samora MACHEL, *A nossa força está na unidade...*, op. cit., pp. 27-28.

⁶⁶ Entrevista com Álvaro do Ó da Silva, Maputo, 13 de Janeiro de 2004.

⁶⁷ Samora MACHEL, *A nossa força está na unidade...*, op. cit., pp. 28-30.

investimentos nesta província (que não é só específica à Zambézia, pois a maioria encontra-se em Maputo) é também interpretada como intencional. Na óptica de alguns Zambezianos a Frelimo estaria também a bloquear investimentos para “destruir completamente a Zambézia” como explica esta testemunha:

“Hoje podemos dizer categoricamente que a Renamo tem uma influência muito forte. Durante o dia as pessoas são da Frelimo, mas durante a noite são da Renamo. Em relação à Zambézia houve uma intenção deliberada para destruir tudo. Isso foi uma estratégia deliberada durante a guerra civil. Já houve investidores que queriam ficar com o palmar, mas o governo não aceitou. A Zambézia está parada. Convém manter a Zambézia claramente e deliberadamente subdesenvolvida. O colono português deixava o Negro desenvolver-se, mas o governo da Frelimo nunca deu ao Zambeziano a possibilidade de libertar a sua iniciativa criadora. Não há o sentimento de que a Zambézia faz parte de Moçambique. Apenas convivemos [...] todos os postos mais importantes eram ocupados por pessoas do Sul.”⁶⁸

Esta exclusão dos zambezianos do poder político alimenta a ideia de que todas as suas desgraças são da responsabilidade de pessoas do Sul. Em 1994, um pouco antes das eleições, Joaquim Chissano em visita à Zambézia foi questionado pela população local que queria saber porque é que os zambezianos eram sistematicamente excluídos do poder. Joaquim Chissano respondeu dizendo que em Moçambique “só havia moçambicanos”⁶⁹. Este género de resposta frelimista é típico de um discurso pan-moçambicano mascarando a predominância de certos grupos étnicos. Porque todos são moçambicanos qual é a importância que as pessoas do Sul estejam sobrerrepresentadas no aparelho do Estado? O simples facto de evocar esta questão era visto como sinal de “tribalismo”. A Frelimo não percebia que esta reivindicação exprimia também sofrimento seja ele social, cultural ou simbólico. É este sentimento de exclusão que leva alguns notáveis zambezianos a pedirem o federalismo, visto como única solução para uma redistribuição equitativa de recursos políticos e económicos. A maior parte dos partidos políticos formados por Zambezianos pede o federalismo. Bonifácio Gruveta, primeiro governador da Zambézia independente, ele próprio zambeziano, diz que é a má política da Frelimo nesta província que leva os zambezianos a pedir o federalismo:

“O problema é da redistribuição da riqueza. A Zambézia já contribuiu com 60% para o orçamento do Estado. Que benefício tira disso? Nenhum! Mesmo se hoje já não é a mesma Zambézia, as pessoas não esquecem isso! A nossa política de redistribuição de riqueza foi má, a Frelimo negligenciou a Zambézia [...] A Zambézia não tem nem um hospital digno desse nome [...] Não há uma universidade pública [...] o ISPU⁷⁰ é criação de um

⁶⁸ Entrevista com Camal Meragi, Quelimane, 27 de Novembro de 2005. Segundo o antigo presidente da Frelimo, a Zambézia foi a província que viu a maior parte dos antigos assimilados a exilarem-se em Portugal logo a seguir a independência.

⁶⁹ I. LUNDI, «Partidos Políticos: a leitura da vertente étnico-regional no processo democrático», B. MAZULA, *Eleições, democracia, desenvolvimento*, Maputo, Ambassade des Pays Bas, p. 461.

⁷⁰ Instituto Superior Pedagógico, uma universidade privada.

Zambeziano, não tem nada a ver com o governo da Frelimo. Tudo isso leva as pessoas a se perguntar para que serve a independência [...] é isso que explica a impopularidade da Frelimo na Zambézia. A Zambézia não tem ninguém no poder, ela nunca teve ninguém, isso frustra os Zambezianos⁷¹.

O voto “renamista” da Zambézia será uma vingança à hostilidade da Frelimo?

Para Camal Meragi, os discursos hostis de Samora Machel na Zambézia, explicam também as reticências dos Zambezianos em relação à Frelimo:

“Há também o discurso de Samora Machel que provocou o êxodo de muitos Zambezianos para Maputo [...] eram Zambezianos que se casavam com Maputenses [...] As pessoas pensavam que no caso de o governo tomar medidas repressivas contra os Zambezianos estariam protegidas [...] As pessoas diziam nas festas: estou protegido porque casei com uma Maputense [...], outros foram para Portugal”⁷².

Como é possível constatar com os diferentes exemplos acima dados, não restam dúvidas que os discursos de Samora Machel foram sempre muito hostis à Zambézia. Já em 1975 aquando da sua “viagem triunfal”, Samora Machel tinha sido muito duro em relação aos Zambezianos obrigando Joaquim Chissano a deslocar-se de emergência à Quelimane a fim de acalmar os espíritos⁷³. Mas foi o seu discurso de Junho de 1983 longamente citado aqui, que marcou definitivamente a ruptura com os Zambezianos, onde como vimos, chegou a acusar-lhes de serem “afilhados de Jorge Jardim”, de serem “elitistas”, de terem uma atitude paternalista em relação ao povo e de não se identificarem como Moçambicanos, mas sim como Portugueses⁷⁴. Por isso para a Frelimo a Zambézia era uma “zona não libertada”⁷⁵. A população desta região não tinha compreendido o sentido da independência, o sentido da liberdade, tinha apenas compreendido o sentido do colonialismo. A razão fundamental disso devia-se, ainda segundo este partido, ao facto de a

⁷¹ Entrevista com Bonifácio Gruveta, Maputo, 14 de Janeiro de 2005.

⁷² Entrevista com Camal Meragi, Quelimane, 27 de Novembro de 2005.

⁷³ J. JARDIM, *Moçambique, terra queimada*, Lisboa, Intervenção, 1976, p. 383.

⁷⁴ Samora MACHEL, *A nossa força está na unidade...*, op. cit.

⁷⁵ Uma das chaves para compreender as relações entre os Zambezianos e a Frelimo, tem a ver com a visão que a Frelimo tinha da sociedade moçambicana no seu todo nos primeiros anos da independência. Segundo a Frelimo, a sociedade moçambicana globalmente dividia-se em duas partes completamente distintas: “zonas libertadas” e “zonas não libertadas”. As “zonas libertadas” são as que tinham sido subtraídas ao inimigo durante a guerra. De acordo com esta visão, que era produto da experiência da Frelimo durante a luta anticolonial, havia um fosso entre estas duas regiões: as “zonas libertadas” eram consideradas zonas livres de intrigas, do individualismo, da exploração do homem pelo homem, zonas caracterizadas pela existência de novas instituições do poder popular e democrático e por um novo tipo de relacionamento entre os homens. Enquanto isso, as zonas não libertadas” eram o contrário de tudo isso e caracterizavam-se pelo facto de a população local viver ainda segundo o *modus vivendi* colonial. Era precisamente nestas zonas que se deveria proceder à uma “descolonização mental”, dizia a Frelimo.

Zambézia ter vivido muito tempo com o colonialismo e à colonização particular e única (sistema de prazos, companhias capitalistas, evangelização) que esta região tinha conhecido. Segundo a Frelimo, ainda em 1978 era possível encontrar na Zambézia “muitos vínculos ideológicos com os prazeiros”⁷⁶. Estes indivíduos antigos colaboradores do colonialismo, desprezavam os militantes da “Revolução Popular” e do Partido, levavam um estilo de vida “aburguesado” e não tinham nenhuma “iniciativa criadora” porque estavam “impregnados de ideais colonialistas”. Esta forma de ser e de estar dos Zambebianos dificultava a tarefa do partido e impedia o “correcto e normal funcionamento do Estado”. Foi assim que altos quadros do aparelho do Estado como o Delegado da Rádio Moçambique na Zambézia, Né Afonso (da velha e importante família zambeziana dos Santana Afonso) foram exonerados⁷⁷. Outros tantos altos quadros, como o antigo Director da Administração do Parque Imobiliário do Estado (APIE), os directores dos Transportes, do Plano e das Obras Públicas, acusados de serem antigos membros da Acção Nacional Popular (ANP), o antigo partido único português, deviam seguir também o caminho de Né Afonso⁷⁸. Estes indivíduos estavam “muito assimilados à cultura portuguesa” que até festejavam os feriados portugueses tais como o 10 de Junho, o “dia de Portugal, de Camões e das Comunidades” e convidavam nas suas festas, os seus “irmãos” portugueses⁷⁹.

Esta situação também se fazia sentir nas forças armadas, ao nível da polícia e dos milicianos, simplesmente porque também tratava-se de quadros herdados do tempo colonial. É neste sentido também que foi movida uma “ofensiva política” contra os professores Zambebianos acusados de serem “filhos ideológicos dos padres”⁸⁰. No dia 7 de Outubro de 1978 foi levada a cabo uma “campanha contra o estilo de vida burguês” na cidade de Quelimane considerada então, o centro de todos estes “males sociais”⁸¹.

⁷⁶ «Educação e Cultura. Desencadeada na Zambézia ofensiva politica nas escolas. Trinta estabelecimentos criados em 1978», *Notícias*, (Maputo), n° 17720, 10 de Outubro de 1978.

⁷⁷ O. A. TAZAMA, *Relatório sobre a situação da província referente aos meses de Agosto, Setembro e Outubro de 1978*, Quelimane, 31 de Outubro de 1978, in AGZ.

⁷⁸ *Ibidem*.

⁷⁹ *Ibidem*.

⁸⁰ «Educação e Cultura. Desencadeada na Zambézia ofensiva politica nas escolas. Trinta estabelecimentos criados em 1978»,..., *op. cit.*

⁸¹ O. A. TAZAMA, *Relatório sobre a situação da província referente aos meses de Agosto, Setembro e Outubro de 1978*..., *op. cit.*

Certo, a perseguição a tal classe burguesa aconteceu um pouco por todo o país, mas a especificidade da Zambézia deve-se ao facto de que a elite local, considerada “elitista e próxima do colonialismo”, foi a mais perseguida pelo regime da Frelimo. Isso explica em grande parte o êxodo da maior parte deles para Portugal⁸².

Segundo os testemunhos recolhidos junto dos mestiços zambezianos, estes sofreram muito com a política discriminatória da Frelimo. Muitos deles ainda lembram-se com mágoa deste período:

“Para a Frelimo, os moçambicanos eram os negros, os mestiços sofreram muito aqui na Zambézia. Isso levará muito a cicatrizar. A Frelimo entrou muito mal na Zambézia [...], mesmo as visitas do presidente Samora não eram felizes [...] Todas as vezes os zambezianos eram insultados. É por isso que os zambezianos não aderem à Frelimo⁸³”.

De facto, cada visita de Samora Machel à Zambézia era motivo de sobressalto para os zambezianos. A desconfiança era tal, que o simples facto de os zambezianos não irem aos comícios ou reuniões do Partido era visto pela Frelimo como sinal de “elitismo” ou de “racismo”. Para a Frelimo, todos os zambezianos eram “elitistas” ou “aportuguesados”, ignorando que, na Zambézia, estamos perante uma sociedade atravessada por diferentes “idades coloniais”. Falar de uma pretensa “lusitanidade” ou “elitismo” faria sentido para a região que viveu sob o sistema de prazos (de Quelimane até ao rio Moniga) e não para a região dos Macua-Lomués, que só conheceram a presença portuguesa nos finais do século XVIII e princípios do século XIX. Devido a estas diferentes “idades coloniais”, estas duas regiões vivem sob um conflito permanente: os da zona dos antigos prazos, ou seja, os Chuabos, são acusados por zambezianos de outros grupos étnicos, de se considerarem mais “civilizados” que os outros. Como se pode ver, não se pode falar de unidade zambeziana, a não ser, justamente, quando se trata de lutar contra o Sul, considerado como o novo “colonizador”.

As acusações de “elitismo”, “paternalismo” ou de “racismo” devem ser compreendidas como um conflito entre duas gerações de elites historicamente e socialmente diferentes e cada uma à procura de hegemonia: trata-se de um conflito entre uma elite produzida pela primeira “idade colonial”, mercantil e escravagista e uma outra, produto do capitalismo colonial do final do século XIX. Igualmente, diferentemente do extremo norte do país, e apesar de ter sido marginalizada pelo capitalismo colonial, a “velha” elite zambeziana era suficientemente forte, para não ver a Frelimo como solução para a sua emancipação.

⁸² Segundo Samora Machel, a Zambézia foi a província que registou o maior número de assimilados que abandonaram o país à seguir à independência — na ausência de um estudo, ainda não é possível confirmar este facto. Ver S: MACHEL, *A nossa força está na unidade...*, op. cit., p. 38-42.

⁸³ Entrevista com René Trindade, 31 de Outubro de 2005.

O voto zambeziano a favor do antigo movimento rebelde é uma reacção a hostilização e marginalização da Frelimo e é neste sentido que deve ser compreendido, mas não só. Possui também um conteúdo autonomista de diferenciação com “Moçambique”, o voto de um território produzido pela 1ª idade colonial, não capitalista, e que para ele, “Moçambique” tal como foi definido pelo imperialismo e capitalismo colonial depois do Congresso de Berlim (1884-1885) e do ultimato britânico (1890-1895) não tinha pertinência. Hoje, a Zambézia pode aceitar ser moçambicana, mas nunca aceitará a equação Moçambique= Maputo como cidade protótipo da nação futura.



Av. Patrice Lumumba, 178 - Maputo
MOÇAMBIQUE

Tel. + 258 21 328894
Fax + 258 21 328895
www.iese.ac.mz